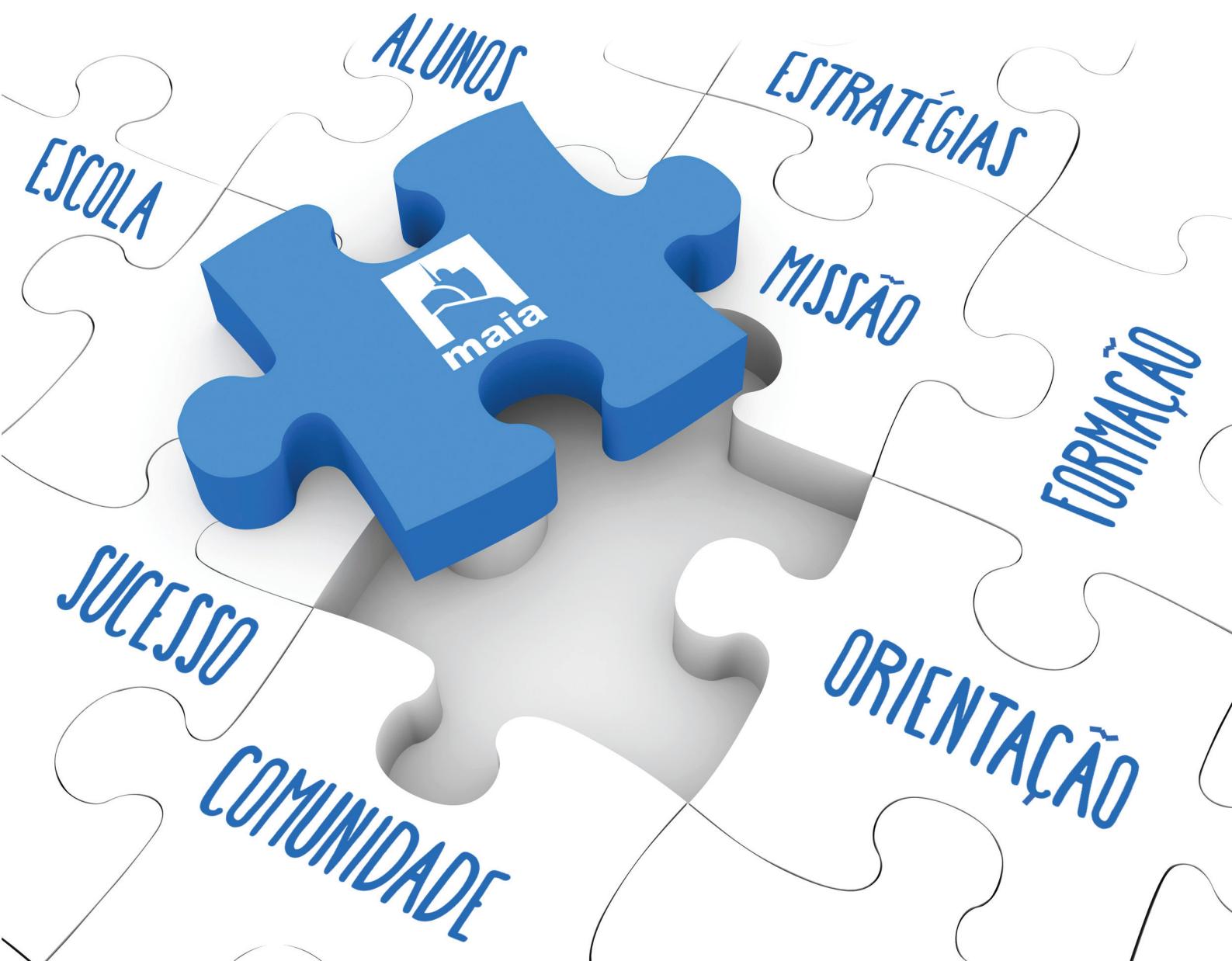


PLANO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO DO ABSENTISMO E DO ABANDONO ESCOLAR DO CONCELHO DA MAIA

2016



Ficha técnica**Título**

Plano Municipal de Prevenção do Absentismo e Abandono Escolar do Concelho da Maia

Promotor

Conselho Municipal de Educação

Edição

Câmara Municipal da Maia

Direção

Eng.º Francisco Lemos (Diretor do Departamento de Educação, Ação Social, Desporto e Cultura)

Coordenação técnica

Dra. Soraia Sousa – Representante da Câmara Municipal da Maia

Equipa técnica

Dr. Alberto Santos – Representante da FAPEMAIA

Dr. Manuel Carneiro Ferreira – Representante do Ensino Secundário

Dr. Octávio Mesquita – Representante do Ensino Básico

Dra. Helena Rodrigues – Representante da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Maia

Dra. Sónia Santos – Representante das instituições de Solidariedade Social

Dr. Alexandre Areosa – Representante do Agrupamento de Escolas do Castelo da Maia

Dr. Mário Rui Lourenço - Representante do Agrupamento de Escolas de Pedrouços

Dra. Ana Sofia Azevedo - Representante do Agrupamento de Escolas de Pedrouços

Dra. Áurea Santos - Representante do Agrupamento de Escolas Dr. Vieira de Carvalho

Dra. Carla Moreira - Representante do Agrupamento de Escolas do Levante da Maia

Dra. Lurdes Lopes Ferreira - Representante do Agrupamento de Escolas Gonçalo Mendes da Maia

Dra. Rute Lopes - Representante do Agrupamento de Escolas de Águas Santas

Dra. Maria Trindade S. Duarte – Representante do Agrupamento de Escolas da Maia

Maia, setembro de 2016

Índice

I.	FUNDAMENTAÇÃO.....	7
	Absentismo e abandono escolar: um problema social e educativo	7
	Políticas públicas no combate ao absentismo e ao abandono escolar.....	8
II.	Evolução da taxa de retenção e desistência	11
	Portugal Continental	11
	Região Norte	12
	Concelho da Maia.....	13
III.	EVOLUÇÃO DO ABANDONO PRECOCE DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO.....	14
	Maia Não Desiste	15
IV.	PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO	19
	Tipos de Intervenção	19
	Análise diagnóstica.....	20
	Objetivo geral	21
	Objetivos específicos	21
	Metodologia	21
V.	EIXOS DE INTERVENÇÃO.....	23
1.1.	EIXO I - Educação Pré-escolar- Deteção de dificuldades de aprendizagem	23
2.1.	EIXO II – Ensino 1.º ciclo - Programas de Apoio à Transição de Ciclo	27
2.1.1.	Programa de Intervenção junto de alunos em transição para o 1.º ciclo.....	29
2.1.2.	Programa de Intervenção “A escola é fixe”, dirigida aos alunos do 1.º ano	30
2.1.3.	Programa de Intervenção junto de alunos do 4.º ano	34
3.1.	EIXO III – Ensino 2.º ciclo - Valorização da Escola- Concurso a nível concelhio “A escola é fixe”.....	38
4.1.	EIXO IV – Pais e Encarregados de Educação- Capacitar as suas competências parentais.....	42
VI.	CALENDARIZAÇÃO	46

VII. ORÇAMENTO.....	47
VIII. AVALIAÇÃO.....	47
Considerações finais.....	50
GLOSSÁRIO	51
Referências Bibliográficas	55
ANEXO I – EIXO II.....	58
ANEXO II – EIXO III.....	85

Índice de tabelas

Tabela 1- Resultados escolares - taxas de retenção e desistência em Portugal por ciclo de ensino, 2001-2013. Fonte: DGEE	12
Tabela 2- Resultados escolares - taxas de retenção e desistência na Região Norte por ciclo de ensino, 2001-2013. Fonte: DGEE	13
Tabela 3- Resultados escolares - taxas de retenção e desistência na cidade da Maia, 2004-2013. Fonte: DGEE	14
Tabela 4 - Taxa de abandono precoce (%) por local de residência, Continente, Norte e AMP à data dos censos de 2001 e 2011 Fonte: INE	15
Tabela 5 - Avaliação do projeto Maia Não Desiste por anos letivos desde 2005/06 a 2014/15 Fonte: DE	17
Tabela 6 - Taxa de absentismo e abandono escolar de jovens sinalizados. Fonte: CMM, CPCJ	18

Índice de quadros

Quadro 1 – Análise diagnóstica	20
Quadro 2 - Quadro resumo das atividades do EIXO I	26
Quadro 3 - Quadro resumo das atividades do EIXO II	37
Quadro 4 - Quadro resumo das atividades do EIXO III	41

Quadro 5 - Quadro resumo das atividades do EIXO IV	45
Quadro 6 - Calendarização anual das atividades	46
Quadro 7 - Orçamento anual – recursos materiais	47
Quadro 8 – Quadro resumo da avaliação anual de todas as atividades	49

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



A problemática do absentismo e do abandono escolar tem vindo a constituir, fundamentalmente nas últimas duas décadas, uma preocupação no seio da União Europeia, quer pelas suas consequências ao nível do desenvolvimento pessoal, reduzindo a capacidade de exercício da cidadania e potenciando o risco de exclusão social decorrente da maior dificuldade de integração no mercado de trabalho dos cidadãos menos qualificados, quer pelos reflexos negativos que daí decorrem para o desenvolvimento das sociedades contemporâneas, cada vez mais dependentes do conhecimento e da mão-de-obra qualificada.

Combater o absentismo e o abandono escolar constitui um contributo fundamental não só para interromper ciclos de pobreza, mas, também, para promover o crescimento económico das sociedades e, dessa forma, potenciar a igualdade de oportunidades indissociável de uma sociedade mais justa e igualitária.

Neste sentido, a Comissão Europeia, no âmbito da sua Estratégia 2020, aprovou um Plano de Ação no qual é estabelecida a meta de redução da taxa de abandono escolar precoce da EU de 14,4% para menos de 10% até final da década.

Foi neste desiderato, e tendo em vista reforçar a ação coordenada da Câmara Municipal da Maia e das entidades com responsabilidades no combate a este flagelo, que o Conselho Municipal da Educação do Concelho da Maia deliberou, na sua reunião realizada no dia 29 de outubro de 2014, constituir uma equipa de trabalho com o objetivo de ser elaborado um Plano Municipal de Prevenção do Absentismo e do Abandono Escolar Precoce, Plano que levo ao conhecimento de todos e cujo êxito depende do empenho e do esforço coletivo.

O Presidente da Câmara Municipal

(Eng.^º António Gonçalves Bragança Fernandes)

I. FUNDAMENTAÇÃO

Absentismo e abandono escolar: um problema social e educativo

O direito à educação é um direito consagrado nas sociedades evoluídas e democráticas. De acordo com a Constituição da República Portuguesa, a Educação surge como um direito universal para assegurar a “igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade” (...) (Artigo 73º).

Reconhecido pelos organismos internacionais e suportado por um conjunto de legislação vigente em matéria de educação e proteção social do menor, a garantia do exercício do direito à educação converte-se em direito-dever através da fixação de um conjunto de princípios que estabelecem a escolaridade obrigatória, a qual, de acordo com o Decreto-Lei 176/2012, de 2 de agosto, compreende em Portugal crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos.

Este direito torna possível que as pessoas se desenvolvam plenamente, se enriqueçam culturalmente, que compensem os seus défices psíquicos ou de pertença a uma classe ou grupo social e que progridam na sociedade. Possibilita, também, que a sociedade tenha maior capacidade de decisão, goze de uma maior competência para o trabalho e de um maior prestígio, o que se repercutem numa sensação de bem-estar geral.

Neste contexto, entende-se que o abandono e o absentismo escolar colidem com o direito à educação, convertendo-se em fatores de exclusão social, já que condicionam fortemente o desenvolvimento académico e profissional dos menores afetados, comprometendo, igualmente, a sua integração na sociedade, contribuindo para o agravamento dos conflitos sociais.

O absentismo e o abandono escolar são, em geral, uma realidade que afeta mais significativamente comunidades desfavorecidas, onde predominam, designadamente, imigrantes, minorias étnicas e famílias desestruturadas.

Assim, o abandono e o absentismo escolar não só representam um grave problema educativo, como também constituem um grave problema social, potenciador da geração de profundas desigualdades, numa sociedade cada vez mais competitiva e que tendencialmente exige, a par da qualificação profissional, uma cada vez maior preparação académica para a integração no mercado de trabalho.

De referir, ainda, que a insuficiente preparação escolar resultante do abandono prematuro da escola coloca um grave problema, atual e futuro, em termos de consciência, organização

e processos sociais “já que todo o potencial de desenvolvimento de uma sociedade está relacionado com as capacidades e conhecimentos da totalidade dos seus membros e não apenas dos seus líderes, seja qual for o âmbito da atividade destes” (Lages, 1992).

Uma atuação contra o abandono e o absentismo escolar requer, pois, não apenas uma resposta de caráter educativo, possibilitando o restabelecimento adequado do desenvolvimento dos menores, mas, também, uma resposta de caráter social, ao prevenir e atuar nas situações de privação, de risco e de exclusão social.

Pese embora, conforme reconhece o PNAPAE (2004), a adoção do sistema de escolaridade obrigatória tenha sido determinante para que se verificasse um decréscimo significativo das taxas de abandono escolar em Portugal nos últimos anos, continua a ser urgente uma intervenção, devidamente coordenada, das diversas instituições com responsabilidades nas áreas da educação e da ação social e da comunidade educativa em geral, de forma a concretizar-se o desenvolvimento de ações que permitam atuar de forma preventiva e agir de forma consequente junto das crianças/jovens e das respetivas famílias.

Políticas públicas no combate ao absentismo e ao abandono escolar

Como forma de reverter a situação do insucesso escolar em Portugal, têm sido, ao longo das últimas décadas, desenvolvidas e aplicadas medidas políticas ao nível do sistema educativo, as quais visam quer propiciar um maior sucesso escolar, quer atuar no combate ao abandono da escolaridade obrigatória.

Na Lei de Bases do Sistema Educativo publicada em 1986, está patente a preocupação em atuar sobre o insucesso escolar, nomeadamente ao nível do ensino básico, através da criação de apoios e complementos educativos que permitam promover o sucesso escolar, como, por exemplo, apoios e complementos educativos a alunos com necessidades escolares específicas, apoio psicológico e orientação escolar e profissional, ação social escolar e apoio de saúde escolar (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo).

Após a Publicação da Lei de Bases, foram implementados alguns programas com vista a concretizar as orientações nela expressas em termos de promoção do sucesso educativo e de combate ao abandono escolar, dos quais se destacam:

- Em 1987, a criação do Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo (PIPSE). Criado com a finalidade de combater o insucesso escolar verificado principalmente

em meios socioculturais desfavorecidos, procura minorar as carências sociais, físicas e psíquicas de alguns alunos.

- Em 1991 surge, na sequência do PIPSE, o Programa de Educação para Todos (PEPT), tendo como pretensão acelerar a universalização do acesso à escolaridade básica de nove anos e fortalecer os meios a serem concretizados como política de igualdade de oportunidades no ensino básico e no acesso ao ensino secundário.
- Com a publicação do Decreto-Lei n.º 190/91, de 17 de Maio, foi criado o Serviço de Psicologia e Orientação, tendo como finalidade o apoio psicológico e de orientação escolar e profissional dos alunos.
- Em 1996 foram criados os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), com o objetivo de criar meios e apoios para combater as desigualdades sociais das crianças mais desfavorecidas, apelando à ligação entre a escola e a comunidade.
- No mesmo ano, Secretaria de Estado da Educação e Inovação (SEEI) regulamenta, através do Despacho n.º 22/SEEI/96, a criação dos Currículos Alternativos. Fundamentados através da necessidade de dar aos estabelecimentos de ensino condições para o desenvolvimento de pedagogias diferenciadas, adequando a estratégia pedagógica às necessidades de cada aluno ou grupo de alunos. Os Currículos Alternativos destinam-se a alunos do Ensino Básico que se enquadram numa das seguintes situações: insucesso escolar repetido; problemas de integração na comunidade escolar; risco de abandono da escolaridade básica e dificuldades condicionantes da aprendizagem.
- Na sequência do PIPSE, foi implementado em 1999 o Programa Educação para Todos (PEPT), tendo como principal objetivo a promoção de “uma cultura de escolarização prolongada e qualificante”, pensada não apenas para a concretização de resultados voltados para o sucesso, mas também para evitar “os custos sociais, económicos e políticos (democráticos) da não escolarização no desenvolvimento do País” (cf. Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/91 de 16 de Maio).
- Criado em 1999 através do Despacho Conjunto 882/99 dos Ministérios da Educação e da Segurança Social e do Trabalho, o Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) constituiu uma medida de inclusão social com o objetivo de favorecer o cumprimento da escolaridade obrigatória a menores e a certificação escolar e profissional de jovens a partir dos 15 anos, em situação de exploração de trabalho infantil. A sua concretização efetua-se através de Planos de Educação e Formação individualizados que integram uma componente de escolarização que favorece o cumprimento da escolaridade obrigatória, uma componente

de formação para a ocupação e orientação vocacional de acordo com os interesses e expectativas evidenciadas durante a intervenção e uma componente de educação para a cidadania com o desenvolvimento de atividades de interesse social, comunitário e de solidariedade, com a finalidade de promover a integração social através da mobilização de saberes relacionais e sociais. Com a publicação da Portaria 272/2012, de 4 de setembro, é criado o Programa de Apoio à Qualificação do PIEF, designado por Programa AQPIEF, sendo o PIEF revisto e reformulado com a publicação do Despacho Conjunto 948/2003, de 26 de setembro.

- Em 1999, o artigo 10.º do Decreto Regulamentar enquadra a figura de professores tutores responsáveis pelo acompanhamento, de forma individualizada, de alunos referenciados.
- Através do Despacho Conjunto n.º 279/2002, de 12 de Abril, foram criados os Cursos de Educação e Formação que pretendem qualificar os jovens em risco de abandono, ou mesmo que já abandonaram o sistema de ensino antes de concluírem o 12.º ano, dando-lhes a oportunidade de obterem uma dupla certificação, a certificação escolar e uma qualificação profissional para o ingresso no mercado de trabalho.
- Em 2004, com a publicação do Despacho Conjunto n.º 453/2004 são criados os cursos de educação e formação, no âmbito do Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar (PNAPAE) «Eu Não Desisto», apresentado como um esforço coletivo para prevenir o abandono escolar.
- Tendo como objetivo o ensino à distância, destinado a alunos filhos de profissionais itinerantes, é criada a Escola Móvel através da publicação da Portaria 835/2009, de 31 de julho, resultante de uma experiência pedagógica iniciada em 2005 e, posteriormente, através da publicação da Portaria 812/2010, de 26 de agosto, é criado o Ensino à Distância para a Itinerância em sua substituição.
- Tendo como objetivo a elevação dos níveis de escolarização dos jovens portugueses, em 2009 o governo aprova a Lei 85/2009, de 27 de Agosto, que estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade, posteriormente alargada a todas as crianças a partir do ano em que atinjam os 4 anos de idade com a nova redação dada pela lei n.º 65/2015 de 3 de julho.

- Muito recentemente, através da publicação da Portaria n.º 341/2015 de 9 de outubro, são regulamentados os Cursos Vocacionais para os ensinos básico e secundário, até então desenvolvidos enquanto projetos piloto.

II. EVOLUÇÃO DA TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA

Portugal Continental

De acordo com dados da Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2015) representados na Tabela 1, verificou-se uma evolução positiva no que diz respeito ao número de casos de retenção e desistência em Portugal Continental no período compreendido entre os anos letivos 2001/2002 e 2012/2013. Da análise da tabela 1 podemos constatar que a taxa de retenção e desistência no ensino básico, foi no ano letivo de 2001/02 de 14,4% e no ano de 2012/13 de 10,8%, a que corresponde uma redução de 3,6%. No que respeita ao ensino secundário, essa diminuição foi mais acentuada, passando de 37,4% no ano letivo de 2001/02, para 19% no ano de 2012/13, correspondendo a uma redução de 18,4%. Contudo, é de registar que a partir do ano letivo de 2011/12, se tem verificado um aumento gradual do número de retenções e desistências no ensino básico, cuja taxa passou de 8% no ano letivo de 2010/11, para 10,8% no ano letivo de 2012/13, o que traduz um acréscimo de 2,8%, contrariamente ao que ocorreu no ensino secundário onde se verificou, para o mesmo período, uma diminuição de quase 2%, tendo passado de 20,8% no ano letivo de 2010/11, para 19% no ano letivo de 2012/13.

Ao analisar a evolução ocorrida tomando por base o ano letivo de 2008/2009, verifica-se, no que diz respeito ao ensino básico, um aumento da taxa de retenção e desistência nos quatro anos letivos subsequentes nos diversos ciclos de escolaridade, sendo o 2.º ciclo aquele que apresenta um maior aumento, passando aquela taxa de 7,6% no ano letivo 2008/2009 para 12,5% no ano letivo 2012/2013.

Relativamente ao ensino secundário verifica-se uma estabilização da taxa de retenção e desistência no mesmo período, pese embora a tendência de aumento verificada entre os anos letivos 2008/2009 e 2010/2011, com maior expressão neste último.

Pese embora não se disponha de dados objetivos que possam sustentar tal conclusão, o aumento da taxa de retenção e desistência poderá estar relacionado com o alargamento da

idade de escolaridade obrigatória para os 18 anos, decorrente da entrada em vigor da Lei 85/2008, de 27 de agosto.

Continente	Ano letivo											
	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
Resultados escolares - taxas de retenção e desistência												
Ensino Secundário	37,4	33,7	33,8	32,1	31,1	24,8	21	19,1	19,3	20,8	20,1	19
Total Ensino Básico	14,4	11,33	12,8	12,7	11,4	11	9	8,4	8,4	8	10,4	10,8
3.º Ciclo	19,2	19,1	17,8	19,7	19,2	18,4	14	14,1	13,8	13,3	15,6	15,9
2.º Ciclo	15,6	14,8	13,9	13	10,7	10,5	8	7,6	7,7	7,4	11,2	12,5
1.º Ciclo	8,5	7,6	6,7	5,5	4,4	4	3,7	3,6	3,7	3,3	4,4	4,9

Tabela 1- Resultados escolares - taxas de retenção e desistência em Portugal por ciclo de ensino, 2001-2013. Fonte: DGEE

Região Norte

Relativamente aos dados apresentados para a Região Norte, pode verificar-se pela análise da tabela 2 que a taxa de alunos do ensino básico cujo resultado escolar foi a retenção ou a desistência foi para o ano letivo de 2001/2002 de 14.3% e para o ano letivo de 2012/2013 de 10.2%, acompanhando a tendência de diminuição verificada em Portugal Continental. Para o ensino secundário, essa diminuição foi mais acentuada, passando de 35.9% no ano letivo de 2001/2002, para 16.2% no ano letivo 2012/2013, a que corresponde uma redução de quase 20%. De referir, ainda, que a Região Norte apresenta para todos os níveis de ensino taxas de retenção e desistência inferiores às verificadas no Continente.

Se considerarmos o período compreendido entre os anos letivos 2008/2009 e 2012/2013, verifica-se que, à semelhança do que acontece no Continente, também na Região Norte ocorre um aumento das taxas de retenção e desistência em todos os ciclos de escolaridade no que respeita ao ensino básico, continuando a ser o 2.º ciclo aquele que apresenta uma maior evolução negativa, passando de 5,6% no ano letivo 2008/2009 para 11,2 no ano letivo 2012/2013, a que corresponde uma aumento de 5,6%.

No que respeita ao ensino secundário a situação é, igualmente, semelhante à verificada para o Continente, constatando-se, no território em análise, uma redução da taxa em 0,5% no período considerado, passando de 16,7% no ano letivo 2008/2009 para 16,2% no ano letivo de 2012/2013, pese embora o aumento registado nos anos letivos 2009/2010 e 2010/2011.

Norte	Ano letivo											
	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
Resultados escolares - taxas de retenção e desistência												
Ensino Secundário	35,9	31,5	31,3	30	29,1	23,1	18,8	16,7	17	17,9	17	16,2
Total Ensino Básico	14,3	13,5	12,1	12,3	11,3	10,7	7,4	7,1	6,8	6,7	9,2	10,2
3.º Ciclo	19,8	19,2	17,5	20,1	19,9	19,3	13,1	12,9	12,1	11,7	13,9	15,1
2.º Ciclo	15	13,9	13,1	11,9	9,9	9,3	6,1	5,6	5,6	5,6	9,8	11,2
1.º Ciclo	8,2	7,3	5,7	4,8	4,1	3,5	2,9	2,7	2,8	2,6	3,5	4,2

Tabela 2- Resultados escolares - taxas de retenção e desistência na Região Norte por ciclo de ensino, 2001-2013. Fonte: DGEE

Concelho da Maia

Na tabela 3 encontram-se registados os dados relativos ao Concelho da Maia para o mesmo período compreendido entre os anos letivos 2004/2005 e 2012/2013. Da sua análise é dado verificar uma evolução positiva à semelhança do que aconteceu a nível de Portugal Continental e a nível da Região Norte, tendo a taxa de retenção e desistência reduzido de 10,9 no ano letivo de 2004/2005 para 10,1% no ano letivo de 2012/2013, no que respeita ao ensino básico, e de 32,4% para 19,1%, no que respeita ao ensino secundário.

Não se pode, contudo, ignorar o facto de no que respeita ao segundo ciclo de escolaridade a taxa registada no ano letivo 2012/2013 ser a mesma da registada no ano letivo 2004/2005, resultante do progressivo aumento ocorrido a partir do ano letivo 2009/2010 e que se traduziu num acréscimo de 9,2%.

Ao compararmos os valores referentes ao ano letivo de 2012/2013 para o Concelho da Maia com os valores registados para o Continente e para a Região Norte, pode constatar-se que o Concelho da Maia apresenta taxas de retenção e desistência superiores às registadas na Região Norte e iguais ou muito próximas das registadas para o Continente.

Maia	Ano letivo								
	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
Resultados escolares - taxas de retenção e desistência									
Ensino Secundário	32,4	31,1	26	21,9	21,6	19,2	20,5	18,17	19,1
Total Ensino Básico	10,9	10,2	10,3	6,8	6,9	6,1	6	7,8	10,1
3.º Ciclo	20	19,1	21,4	13,5	13,2	11,8	11,7	12,9	16,6
2.º Ciclo	12,2	10,4	10,2	5,9	7	3	5,6	9,5	12,2
1.º Ciclo	3,5	3,7	2,5	2,8	2,7	2,2	2,2	3,2	3,7

Tabela 3- Resultados escolares - taxas de retenção e desistência no Concelho da Maia, 2004-2013. Fonte: DGEE

III. EVOLUÇÃO DO ABANDONO PRECOCE DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Análise da variação da taxa de abandono precoce 2001-2011

A variação da taxa de abandono precoce de educação e formação para o período compreendido entre os anos de 2001 e 2011 encontra-se representada na tabela 4.

Da sua análise é dado concluir ter-se verificado uma redução da taxa de abandono precoce em todos os territórios considerados no período compreendido entre os anos de 2001 e de 2011, sendo de registar a redução verificada em Portugal Continental, a qual passou de 44,0% em 2001 para 22,0% em 2011, correspondendo uma redução de 22%.

No que respeita ao Município da Maia, este apresenta um valor de 29,2% no ano 2001, significativamente inferior aos valores registados para o Continente e para a Região Norte, de 44,0% e 51,4%, respetivamente, sendo o Município que apresenta a segunda taxa mais baixa da AMP, apenas superada pelo Município do Porto com 22,7%.

Relativamente ao ano 2011, o Município da Maia, com uma taxa de 20,2%, continua a apresentar valores inferiores aos registados para o Continente e para a Região Norte, com taxas de 22,0% e 22,6%, respetivamente, mantendo a segunda taxa mais baixa da AMP, apenas superado pelo Município de Vale de Cambra com 18,7%.

Taxa de abandono precoce de educação e formação (%)		
	2001	2011
Portugal (Continente)	44,0	22,0

Região Norte	51,4	22,6
Santo Tirso	46,4	27,6
Trofa	44,6	27,3
Espinho	37,1	26,8
Gondomar	31,8	23,8
Maia	29,2	20,2
Matosinhos	32,5	22,7
Porto	22,7	22,9
Póvoa de Varzim	51,1	30,3
Valongo	35,3	26,2
Vila do Conde	48,6	31,5
Vila Nova de Gaia	31	24,8
Paredes	59,6	38,6
Arouca	57,2	32,2
Santa Maria da Feira	47,1	24,5
Oliveira de Azeméis	45,4	26,3
São João da Madeira	33,8	22,4
Vale de Cambra	41,8	18,7

Tabela 4 - Taxa de abandono precoce (%) por local de residência, Continente, Norte e AMP à data dos censos de 2001 e 2011 Fonte: INE

Maia Não Desiste

Consciente da importância que o combate ao absentismo e ao abandono escolar desempenha na promoção do sucesso escolar e no aumento da qualificação das populações, a Câmara Municipal da Maia criou no ano de 2004, devidamente alinhado com as políticas definidas a nível nacional, o projeto “Maia Não Desiste”, dirigido aos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória que se encontravam naquela situação.

Tendo como objetivo apoiar as crianças e jovens na permanência no sistema de ensino, seja no ensino regular ou em ofertas de educação e formação alternativas, e o estabelecimento de estratégias de intervenção de combate à exclusão social dos jovens, o projeto foi implementado sob o princípio da subsidiariedade, de forma a que a intervenção fosse efetuada sucessivamente pelas entidades com competência em matéria de infância e juventude, designadamente, a Escola, o Município, as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e, em última instância, os Tribunais (intervenção em pirâmide), tal como consignado na alínea j) do artigo 4º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo,

cabendo aos estabelecimentos de ensino onde o aluno se encontra matriculado, depois de esgotadas todas as possibilidades de intervenção, proceder à respetiva sinalização.

A tabela 5 mostra-nos o total de situações sinalizadas ao projeto Maia Não Desiste consideradas como válidas para intervenção¹, assim como o número de jovens sinalizados que após intervenção retornaram ao sistema de ensino, no período compreendido entre os anos letivos 2005/2006 e 2014/2015.

Da sua análise, centrando-nos no período compreendido entre os anos letivos de 2011/2012 e 2014/2015 dado ser o período em que a monitorização dos resultados assenta em novos critérios, é dado verificar um aumento permanente das situações de absentismo e de abandono escolar tratadas, com 41 ocorrências no ano letivo 2011/2012 e 122 ocorrências no ano letivo 2014/2015, o que traduz um aumento de ocorrências de quase 300%.

Considerando o mesmo período verifica-se, ainda, que o maior aumento ocorre entre os anos letivos 2011/2012 e 2012/2013, tendo o número de sinalizações passado de 41 no ano letivo 2011/2012 para 97 no ano letivo 2012/2013, a que corresponde um acréscimo de 56 situações, o que representa um aumento de 236%, o que poderá ser justificado pelo alargamento até aos 18 anos da idade de escolaridade obrigatória.

No que se refere a taxa de sucesso do projeto, ou seja, à percentagem de alunos que após intervenção se mantiveram ou retornaram ao sistema, pode-se concluir que após o ano letivo 2011/2012 em que a referida taxa foi de 63%, esta manteve-se nos anos letivos posteriores estabilizada, apresentando, em média, um valor próximo dos 90%.

De referir, finalmente, que o número de sinalizações constantes da tabela 5 não contempla as sinalizações efetuadas à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Maia onde, para além de outras, se encontra presente a problemática do absentismo ou do abandono escolar.

Relativamente a estas, verificou-se nos anos de 2013 e de 2014 a instauração de 42 e 38 processos de promoção e proteção, respetivamente, o que traduz, face à proximidade dos números, uma situação de estabilidade nos dois anos considerados.

¹ Do total de situações sinalizadas ao projeto, apenas são consideradas como válidas para intervenção as situações de alunos que se encontram dentro da escolaridade obrigatória, que são residentes no concelho e que não estão a ser acompanhadas pela CPCJ ou Tribunal.

PLANO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO DO ABSENTISMO E DO ABANDONO ESCOLAR DA MAIA

MAIA NÃO DESISTE	ANO LETIVO																			
	2005/2006	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015										
Total de intervenções	84	100,0%	86	100,0%	41	100,0%	33	100,0%	40	100,0%	46	100,0%	41	100,0%	97	100,0%	115	100,0%	122	100,0%
Total de novas sinalizações efetuadas válidas para intervenção													41	100,0%	77	79%	78	68%	68	56%
Total de intervenções que transitaram do ano letivo anterior														0,0%	20	20,6%	37	32,2%	54	44,3%
Encaminhados para a CPCJ	5	6,0%	17	19,8%	8	19,5%	5	15,2%	5	12,5%	4	12,5%	4	9,8%	11	11,3%	10	8,7%	12	9,8%
Retorno ao sistema educativo	60	71,4%	41	47,7%	32	78,0%	29	87,9%	33	82,5%	29	63,0%	37	90,2%	86	88,7%	105	91,3%	109	89,3%

Tabela 5 - Avaliação do projeto Maia Não Desiste por anos letivos desde 2005/06 a 2014/15 Fonte: DE

Considerando a conjugação das situações de absentismo e de abandono escolar sinalizadas ao Projeto Maia não Desiste e à Comissão de Proteção de Crianças Jovens da Maia nos anos de 2013 e 2014 e o número total de alunos a frequentar os ensinos básico, secundário, vocacional e profissional, verifica-se pela análise da tabela 6 que as taxas globais de absentismo e abandono escolar para os anos considerados são, respetivamente, de 0,74% e 0,70%, o que traduz uma evolução positiva desta problemática.

Pese embora tal facto, e mesmo podendo considerar-se estar perante valores residuais, a existência de jovens em situação de absentismo ou de abandono escolar justifica, só por si, a necessidade de uma intervenção concertada das diversas entidades com responsabilidades na área da educação e da ação social que contemple a componente da prevenção, sem, contudo, subvalorizar a intervenção junto dos menores em situação de absentismo ou de abandono escolar e dos respetivos agregados familiares, numa lógica de proximidade.

ENTIDADE INTERVENIENTE	Sinalizações		Alunos		Taxa de absentismo e abandono escolar	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Câmara Municipal da Maia	77	78				
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Maia	42	38	16.011	16.462	0,74%	0,70%
TOTAL	119	116				

Tabela 6 - Taxa de absentismo e abandono escolar de jovens sinalizados. Fonte: CMM, CPCJ

IV. PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO

Tipos de Intervenção

A intervenção no domínio da problemática do absentismo e do abandono escolar pode manifestar-se em três níveis, nomeadamente, a intervenção primária, a intervenção secundária e a intervenção terciária, assim sumariamente caracterizadas:

A Intervenção Primária, também designada por prevenção desenvolvimental, é dirigida a toda a população e implica um trabalho de deteção precoce de fatores que possam potenciar situações de absentismo ou de abandono escolar. Tal intervenção é anterior à manifestação do problema.

A Intervenção Secundária, direcionada para grupos identificados como sendo de risco, ocorre quando o problema já se começou a manifestar e tem como objetivo impedir o desenvolvimento de processos de desajustamento.

A Intervenção Terciária é direcionada aos alunos já identificados em situação de absentismo ou de abandono escolar, visando a prevenção da recorrência.

O presente Plano enquadra-se no primeiro nível de intervenção, ou seja, na Intervenção Primária, sem prejuízo do acompanhamento das situações já detetadas ou que o venham a ser.

Por outro lado, importa aqui referir que estando os fenómenos do absentismo e do abandono escolar frequentemente associados a outras problemáticas de caráter social como foi anteriormente referido, a intervenção do Município e das diversas entidades será objeto de articulação permanente com a Divisão de Ação Social da Câmara Municipal da Maia, seja através dos Gabinetes de Atendimento Integrado Local, em número de 16, enquanto estruturas de proximidade resultantes de um Protocolo de Parceria celebrado âmbito da Rede Social do Concelho da Maia entre a Câmara Municipal e diversas entidades públicas e privadas sem fins lucrativos sediadas no Concelho e que cobrem a totalidade da área geográfica do Concelho da Maia, seja através das Equipas de Protocolo constituídas no âmbito do acompanhamento de famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção.

Tal articulação possibilitará não apenas a cobertura de um maior número de situações familiares, como permitirá uma intervenção multidisciplinar, adequando-a à realidade de cada agregado familiar.

Análise diagnóstica

	Problemas e Fragilidades	Recursos e Potencialidades
	<p>a) Número insuficiente, ou colocados a tempo parcial, de Técnicos Superior especializados afetos aos Serviços de Psicologia e Orientação;</p> <p>b) Inexistência de Técnicos de Serviço Social e Educadores Sociais nos Agrupamentos de Escolas;</p> <p>c) Aumento do abandono ou risco de abandono escolar;</p> <p>d) Existência de situações de indisciplina;</p> <p>e) Existência de turmas com uma grande heterogeneidade de alunos no que respeita aos resultados escolares;</p> <p>f) Aumento da precariedade das condições socioeconómicas e culturais da comunidade envolvente.</p> <p>g) Insuficiente articulação entre a CPCJ-Maia e os estabelecimentos de ensino por escassez de recursos;</p> <p>h) Insuficiência do corpo técnico afeto ao programa “Maia Não Desiste” face ao elevado número de situações sinalizadas no que respeita ao abandono e absentismo escolar encaminhadas pela CPCJ e pelos Agrupamentos Escolares;</p> <p>i) Sinalização tardia dos casos de absentismo e abandono escolar às instituições competentes;</p> <p>j) Falta de cooperação por parte de muitos Encarregados de Educação, principalmente dos alunos absentistas e indisciplinados;</p> <p>k) Ausência de uma ferramenta de análise dos diferentes indicadores socioeducativos;</p> <p>l) Impossibilidade no acesso do município às diferentes plataformas tuteladas pelo Ministério da Educação;</p> <p>m) Baixo nível de escolaridade dos Pais e Encarregados de Educação;</p> <p>n) Fracas expectativas dos Encarregados de Educação relativamente ao papel da escola;</p> <p>o) Pouca ou desadequada oferta ao nível de percursos alternativos de educação e formação no concelho;</p> <p>p) Número elevado de alunos por turma.</p>	<p>a) Existência do Projeto “Maia Não Desiste”, dirigido aos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória que se encontram em situação de abandono e absentismo escolar;</p> <p>b) Diminuição do número de situações sinalizadas à CPCJ, e por esta acompanhadas, resultante do facto de muitas das situações de abandono e absentismo escolar serem, ao abrigo do princípio da subsidiariedade, reportadas à equipa técnica do Projeto Maia não Desiste, libertando assim os técnicos da Comissão para outro tipo de situações problemáticas;</p> <p>c) Qualidade científica e a experiência pedagógica do corpo docente;</p> <p>d) Atividades diferenciadas e diversificadas com o objetivo de integração de toda a comunidade educativa.</p> <p>e) Bom relacionamento entre os membros da comunidade educativa fomentando um clima favorável ao diálogo;</p> <p>f) Existência de percursos alternativos de educação e formação;</p> <p>g) Existência de uma rede social no Concelho da Maia;</p> <p>h) Participação pontual dos Psicólogos dos Agrupamentos de Escolas do Concelho da Maia para a realização de ferramentas diversas a serem utilizadas pelos Professores daquelas Escolas em que o abandono seja uma realidade – perspetiva de prevenção primária;</p> <p>i) Disponibilidade das instituições do Concelho na implementação de atividades diversas;</p> <p>j) Existência de Técnicos Superiores da autarquia com formação na área da Psicologia;</p>

Quadro 1 – Análise diagnóstica

Objetivo geral

Constituem objetivos gerais do Plano reduzir situações de absentismo e abandono escolar dos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória, bem como promover o sucesso escolar e aumentar a qualificação da população.

Objetivos específicos

Constituem objetivos específicos:

1. Assegurar o desenvolvimento de competências compatíveis com cada faixa etária, mediante a deteção precoce de dificuldades de aprendizagem e intervenção congruente com as necessidades identificadas;
2. Potenciar a adaptação dos alunos às transições de ciclo, diminuindo os riscos associados;
3. Fomentar a afeição e o sentimento de pertença à escola;
4. Promover o desenvolvimento de competências educativas parentais, reforçando a ligação dos Pais/Encarregados de Educação com a Escola e o seu envolvimento do processo educativo dos seus educandos.

Metodologia

O Plano de Prevenção do Absentismo e Abandono Escolar do Concelho da Maia resulta do trabalho de uma equipa multidisciplinar integrada por um Técnico Superior do Gabinete de Promoção Social, pelos Psicólogos do Serviço de Psicologia e Orientação dos sete Agrupamentos de Escolas do Concelho e por um Técnico Superior da Divisão de Educação da Câmara Municipal da Maia, constituído na sequência da deliberação tomada em reunião do Conselho Municipal de Educação realizada no dia 29 de outubro de 2014.

Para a elaboração do Plano a metodologia utilizada teve em conta a perspetiva de ação-reflexão, de forma a que no final de cada atividade proposta os alunos envolvidos sejam levados a refletir na importância que um percurso escolar representa não só ao nível da realização pessoal, mas também ao nível social.

Tal como diz Moreira (2005) “ na implementação de estratégias preventivas não se implementam teorias mas sim programas deles derivados. Isto é, um programa é um plano de atividades intencionalmente organizadas de forma a atingir um objetivo”.

Neste sentido e tendo em vista adaptar as atividades a desenvolver à idade da população-alvo, foram estabelecidos quatro eixos de intervenção atentos os objetivos gerais e os objetivos específicos considerados, representados no quadro a seguir e sucintamente assim caracterizados:

EIXO I	Educação Pré-escolar – Deteção de Dificuldades de Aprendizagem
EIXO II	Ensino 1.º ciclo – Programas de Apoio à Transição e Ciclo
Eixo III	Ensino 2.º ciclo – Valorização da Escola: Concurso a Nível Concelhio: “A escola é Fixe”
EIXO IV	Pais e Encarregados de Educação – Capacitar as suas competências Parentais e Educativas

O primeiro eixo, dirigido às crianças da Educação Pré-escolar, tem como objetivo a deteção de dificuldades de aprendizagem antes da sua entrada na escolaridade formal, por forma a promover uma atempada estimulação, global e específica, em áreas fundamentais para o sucesso escolar.

O segundo eixo, dirigido aos alunos do 1.º ciclo, tem como objetivo o apoio na transição de ciclo integrando um conjunto de atividades dirigidas às crianças que estão a transitar da Educação Pré-escolar para o 1.º ano e aos alunos que estão a transitar do 4.º ano para o 5.º ano de escolaridade.

O terceiro eixo é dirigido aos alunos do 2.º ciclo, propondo-se a criação de um concurso a nível concelhio aberto a todos os alunos dos 5.º e 6.º anos de escolaridade dos Agrupamentos do Concelho da Maia. Tem como objetivo prevenir o abandono escolar precoce e a consequente valorização das aprendizagens para o desenvolvimento integral dos alunos, envolvendo estes, os pais e os professores.

O quarto eixo é dirigido aos pais, através do desenvolvimento de ações de formação especialmente orientadas para o desenvolvimento de competências parentais e educacionais.

V. EIXOS DE INTERVENÇÃO

1.1. EIXO I - Educação Pré-escolar- Deteção de Dificuldades de Aprendizagem

FINALIDADE

O programa de avaliação e deteção de problemas de desenvolvimento em crianças em idade pré-escolar tem como finalidade a deteção de dificuldades de aprendizagem das crianças antes da sua entrada na escolaridade formal, bem como a identificação das razões que lhe estão subjacentes.

Sinalizando casos para uma intervenção o mais precoce possível, visando a promoção atempada de estimulação global e específica em áreas fundamentais para o sucesso escolar como a linguagem oral, a compreensão oral, a memória auditiva, o raciocínio numérico, o desenvolvimento das grafias e a coordenação viso motora, espera-se aumentar a quantidade e a qualidade de pré-requisitos nas crianças, indispensáveis à sua evolução nas aprendizagens durante o 1º ano de escolaridade.

Constituem-se objetivos do programa:

1. Estimular competências essenciais que permitam aumentar o sucesso escolar das crianças aquando da sua transição de ciclo;
2. Reduzir, ou anular no tempo, alguns dos efeitos negativos que a falta de pré-requisitos de competências pré-escolares provoca no desenvolvimento normativo das aprendizagens escolares;
3. Desenvolver competências parentais que promovam a confiança de pais/encarregados de educação nas instituições educativas e favoreçam o desenvolvimento das crianças.

ATIVIDADE 1 – AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO

Objetivo: Dar a conhecer a atividade e recolher autorizações dos pais/ encarregados de educação para a aplicação das fichas de diagnóstico.

Calendarização: De outubro a dezembro

Descrição da atividade:

Realização de ações de sensibilização para coordenadores de estabelecimentos de ensino e educadores de infância, permitindo conhecer o projeto e solicitar apoio na divulgação da informação aos pais por forma a darem as respetivas autorizações para a sua implementação.

ATIVIDADE 2 – AVALIAÇÃO DOS ALUNOS

Objetivo: Avaliar todas as crianças em idade de transição do pré-escolar para o 1.º ano de escolaridade tendo em vista a deteção de eventuais dificuldades de aprendizagem e identificação das suas causas.

Calendarização: De janeiro a março

Descrição da atividade:

Realização de uma avaliação a todas as crianças em idade de transição do pré-escolar para o 1.º ano de escolaridade no Concelho da Maia através da aplicação de fichas de diagnóstico.

ATIVIDADE 3 – ENCAMINHAMENTO

Objetivo: Encaminhar cada criança identificada como detentora de determinada necessidade, para os serviços especializados.

Calendarização: De março a abril

Descrição da atividade:

Encaminhamento das crianças, consoante as necessidades detetadas em cada uma delas, para serviços de acompanhamento especializado em áreas como a Psicologia, a Terapia da Fala, a Terapia Ocupacional, a Educação Especial e os Apoios Educativos do 1.º ciclo.

ATIVIDADE 4 – WORKSHOPS SOBRE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Objetivo: Informar os pais/encarregados de educação e educadores sobre o desenvolvimento infantil.

Calendarização: De abril a junho

Descrição da atividade:

Realização de workshops subordinados à temática do desenvolvimento infantil para pais e educadores.

ATIVIDADE 5 – ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A FREQUENCIA/NÃO FREQUENCIA DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E O SUCESSO ACADÉMICO

Objetivo: Estudar a relação existente entre a frequência/não frequência do jardim-de-infância e o sucesso académico.

Calendarização: De outubro a novembro

Descrição da atividade:

Análise da relação entre a frequência/não frequência da educação pré-escolar e o sucesso escolar, observando/comparando o desempenho escolar das crianças do 1º ciclo de escolaridade que a frequentaram e o das que não a frequentaram.

EIXO I					
Atividades		Público-alvo	Calendarização	Recursos Humanos	Recursos Materiais
1.1.	1. Ações de sensibilização	Todas as crianças que frequentam o ensino pré-escolar com 5 anos	outubro a dezembro (na Escola Sede de cada Agrupamento, apenas para educadoras e coordenadores)	Psicólogos dos Agrupamentos e do Município	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação em PowerPoint; • Folha de autorizações; • Listagens de crianças por jardim-de-infância; • Listagem das educadoras e contatos
	2. Avaliação dos alunos		dezembro a março (em local apropriado no JI ou na EB1)	Psicólogos dos Agrupamentos e do Município	<ul style="list-style-type: none"> • Testes; • Folhas de respostas; • Relatórios-padrão
	3. Encaminhamento		março a abril	Psicólogos e Educadores de Infância; Técnicos/entidades para encaminhamento para Estimulação no JI/EB1, Educação Especial, Psicologia, Terapia da Fala, Terapia Ocupacional, Pedopsiquiatra/Pediatra, Segurança Social, Médico de Família, entre outros	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório e listagem de instituições para encaminhamento no Concelho
	4. Workshops sobre desenvolvimento infantil	Todos os pais/encarregados de educação	abril a junho	Psicólogos dos Agrupamentos e do Município	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação em PowerPoint; • Brochuras com exercícios de desenvolvimento; • Cadernos com exercícios específicos por área para as crianças alvo de estimulação.
	5. Análise da relação entre a frequência/não frequência do jardim-de-infância e o sucesso académico	Todas as crianças que frequentam o ensino pré-escolar com 5 anos	outubro a novembro	Coordenadores de escola do 1º ciclo; Docentes do 2º ano de escolaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Base de dados respondida ou online ou por excel; • Estudo sobre a relação entre retenção e a não frequência do JI no final do 2º ano

Quadro 2 - Quadro resumo das atividades do EIXO I

2.1. EIXO II – Ensino 1.º ciclo - Programas de Apoio à Transição de Ciclo

FINALIDADE

Da análise dos dados recentes do Ministério da Educação, podemos observar que, com exceção do 1.º ano de escolaridade, onde não existem retenções, os maiores níveis de insucesso e de abandono se encontram no primeiro ano de cada ciclo. Isto é, as taxas de abandono escolar acentuam-se de forma marcante nos anos seguintes à transição de ciclo. No relatório dos Ministérios da Educação e do Trabalho (ME/MSST, 2004) afirmava-se que estávamos perante um sistema de ensino com manifesta desarticulação entre os diferentes ciclos, com patamares de exigência claramente desnivelados levando a eventuais problemas de desadequação após a transição.

Recentemente, o estudo levado a cabo pelo Conselho Nacional de Educação (CNE, 2008) intitulado “A Educação das Crianças dos 0 aos 12 anos”, trouxe para discussão pública as dificuldades inerentes à transição do 1.º para o 2.º ciclo. Caracterizada pelo CNE (2008) como uma “transição brusca”, a mudança de ciclo comporta um reajuste a um novo espaço-escola, a um maior número de docentes e a novas formas de organização do trabalho curricular. A nível individual assiste-se, muitas vezes, à quebra de redes sociais com os pares e à emergência de um novo papel do aluno. Este é pois um tempo de transição, adaptação e ajustamento no qual estão presentes diversos fatores de natureza contextual, intra e interpessoal. Deste modo, é previsível que muitos jovens apresentem dificuldades na sua adaptação, o que pode refletir-se na sua autoestima, nas diferentes dimensões do autoconceito e no rendimento académico.

O declínio no desempenho dos alunos após uma transição escolar encontra duas explicações possíveis. Por um lado, temos aquilo a que se chama de mudanças cumulativas e que traduz o facto de as transições escolares ocorrerem a par de várias modificações psicossociais que, conjuntamente, concorrem para o aumento do stress na adaptação (Simmons, Burgeson, Carlton-Ford & Blyth, 1987). Dito de outra forma, a maior ou menor perturbação na adaptação às situações de transição deve-se à coocorrência de situações potencialmente ameaçadoras, tais como, mudanças pubertárias, mobilidade geográfica, disruptões familiares, etc.

Por outro lado, a descontinuidade entre os diferentes ciclos de ensino, verificada, por exemplo, nos níveis de exigência dos professores e no tipo de ensino ministrado, aumenta a probabilidade de desencontros entre alunos e o ambiente escolar (Cotterell, 1992).

A forma como os sujeitos julgam a sua própria competência é também um fator de adaptação ou não à nova realidade escolar. Por um lado, as crianças mais novas parecem sobrevalorizar as suas competências enquanto que os jovens adolescentes parecem ser mais realistas (Harter, 1999).

Mas a adaptação também varia em função do género. Conforme Abrantes (2005) a transição entre o 1.º e o 2.º ciclo é particularmente dura para os rapazes. Independentemente da classe social, sendo que as raparigas demonstram, além de padrões de sucesso mais elevados em todos os anos, uma maior adaptação ao novo ciclo.

Quando examinado o papel das relações entre pares, constata-se que os alunos com boas relações de pares e apoio demonstram realizar uma transição mais positiva. Os alunos com baixa autoestima, os que se percecionam como menos competentes socialmente e menos populares são provavelmente aqueles com uma adaptação mais pobre e infeliz à nova escola (McDougall & Hymell, 1998).

Também os fatores associados com os espaços físicos do novo contexto escolar podem influenciar o comportamento e o rendimento académico dos alunos (CNE, 2008). Falamos das salas de aula, serviços, espaços de lazer, cores do edifício, arranjos e limpezas.

Como salienta o mesmo estudo, na transição do 1.º para o 2.º ciclo, o aluno passa de uma escola de pequenas dimensões, de uma sala única e de um ensino de monodocência, para uma escola de tamanho médio, com aulas em salas diversificadas e ministradas por diferentes docentes, com uma organização dos tempos mais rígida, onde cada disciplina existe como um compartimento de saber.

Desta forma, uma variedade de fatores como a performance académica, as características familiares, as características do espaço escolar, a adaptação social e o autoconceito podem influenciar o impacto positivo ou negativo da transição de escola.

Os programas de apoio à transição de ciclo têm por finalidade garantir o acompanhamento dos alunos em função dos ciclos de escolaridade em presença, ajudando-os a ultrapassar as dificuldades previsíveis através da promoção do ajustamento a um novo ciclo e a uma nova realidade, da manutenção ou aumento dos níveis de autoestima e de convivência social e do aumento do conhecimento relativamente ao conjunto de novos procedimentos inerentes à transição de ciclo.

2.1.1. Programa de Intervenção junto de alunos em transição para o 1.º ciclo

ATIVIDADE 1 – VAMOS VER, SENTIR E FALAR SOBRE A ESCOLA DOS GRANDES

Objetivo: Familiarizar com o espaço-escola e espaço-sala de aula; promover o primeiro contacto com a professora do 1.º ciclo e com os livros escolares; promover a articulação entre a Educação Pré-escolar, o 1.º ciclo do ensino básico e os Serviços CAF/SAF; minorar a falta de pré-requisitos identificados no eixo I.

Calendarização: Meados do terceiro período até ao início do próximo ano escolar (setembro)

Descrição da atividade:

Apesar das salas de jardim-de-infância estarem, maioritariamente, inseridas nos edifícios do 1.º ciclo, esta atividade tem início com uma visita guiada pela escola. Durante a visita os alunos são convidados a falar sobre os espaços da escola e para que servem, sendo posteriormente encaminhados para a sala que irá acolher a/s turma/s do 1.º ano;

Ao conhecer a sala poderão (se possível) conhecer a sua professora do 1.º ano;

É-lhes dada a possibilidade de sentar-se nas cadeiras, mexer nos livros do 1.º ano, escrever no quadro, etc.

O tempo que estão na sala serve também para se falar sobre o que irão aprender na “escola dos grandes” e como esta aprendizagem se organiza;

Esta atividade pode ser completada com uma atividade, a realizar na sala de educação pré-escolar, onde as crianças são convidadas a fazer um desenho com as diferenças encontradas entre a sala da pré e a do 1.º ciclo;

Os alunos identificados no eixo I com falta de pré-requisitos essenciais terão um acompanhamento mais individualizado com sessões extra.

2.1.2. Programa de Intervenção “A escola é fixe”, dirigida aos alunos do 1.º ano

O programa de intervenção “A Escola é fixe” constitui-se com um conjunto de atividades a implementar junto do grupo-turma durante um determinado número de sessões, com atividades e materiais definidos para cada uma delas. Ao longo do programa a metodologia utilizada deverá ter em conta a perspetiva de ação-reflexão, ou seja, no final de cada atividade os alunos envolvidos deverão ser levados a pensar na importância prática e consequências na sua vida escolar, pessoal e social. Os programas das atividades podem ser consultados no anexo I.

Constituem-se objetivos do programa:

1. Promover a integração dos alunos do 1.º ano de escolaridade;
2. Apoiar o desenvolvimento global da criança;
3. Atribuir um sentido de utilidade à Escola;
4. Reforçar a valorização familiar e social da escola e da escolaridade obrigatória.

ATIVIDADE 1 - CHEGUEI AO 1º ANO. E AGORA???.... O QUE FAÇO????

Objetivo: Identificar expectativas sobre a escola:

- Escolares – exigências, enriquecimento de conhecimentos, ...;
- Sociais – pares, grupo e adultos.

Calendarização: preferencialmente no 1.º período, sessões de 45 minutos.

Descrição da atividade:

O/a Professor/a deve questionar os seus alunos acerca do que eles esperam que seja a Escola, lançando a seguinte questão para a turma: “Para ti o que é mais importante na escola? ”;

O/a Professor/a deve tentar fazer com que cada aluno refira uma frase ou uma só palavra para a questão levantada, registando-a no quadro;

No caso de haver necessidade de explicações ou clarificação de uma resposta dos alunos, o/a professor/a deverá proporcionar um clima positivo de expressão por parte dos alunos de forma a exporem o pensamento subjacente às respostas produzidas;

Se houver na turma uma variedade e quantidade de respostas significativas, o/a Professor/a deverá, com o grupo-turma, selecionar aquelas mais ajustadas e desejadas ao contexto escolar, salientando aquelas com mais impacto no processo de ensino aprendizagem;

Como forma de incentivar, reconhecer ou recordar os contributos do grupo, as produções dos alunos poderão estar expostas sob diversas formas (ex. manuscritas numa cartolina, que pode ser recortada e pendurada, afixada num local visível à turma), podendo ser explorada a criatividade nesta exposição.

ATIVIDADE 2 - MEDOS E INSEGURANÇAS

Objetivos:

1. Identificar inseguranças e medos subjacentes à transição para o 1.º ciclo;
2. Promover o conhecimento individual e de grupo-turma, contribuindo esta informação para o desenvolvimento de uma relação de segurança e de adequação/adaptação ao processo ensino-aprendizagem;
3. Explicar aos alunos que é natural terem receios, medos e inseguranças quando começam o 1.º ano de escolaridade, referindo, sempre que possível, estratégias de resolução de alguns deles;
4. Levar os alunos a pensar a quem se podem dirigir, na escola, quando existe um problema desta natureza (social, escolar, local, objeto, ...).

Descrição da atividade:

Nota: Esta atividade deverá ter alguns cuidados na aplicação, para evitar constrangimentos que possam agravar uma situação de natureza individual, considerando, nesta fase, que o/a Professor/a do 1.º ano ainda não conhece o funcionamento individual dos seus alunos.

O/a Professor/a deve criar condições de expressão de sentimentos, medos, receios e inseguranças face à escola, lançando a seguinte questão para a turma: “Quais são os meus medos face à Escola? ”;

O/a Professor/a deve tentar fazer com que cada aluno refira uma frase, ou uma só palavra, para a questão levantada, registando-a no quadro;

No caso de se verificar inibição por parte dos alunos, o/a Professor/a pode recorrer a experiencias de alunos de anos anteriores, referindo alguns exemplos de receios mais comuns do 1.º ano;

Quando houver necessidade de explicitação ou clarificação de uma resposta dos alunos, o/a professor/a deverá proporcionar um clima positivo de expressão por parte dos alunos de forma a explorarem o pensamento subjacente às respostas produzidas;

Se possível, o/a professor/a deverá proporcionar um clima positivo e confortável à expressão individual dos receios, medos e inseguranças;

Se houver na turma uma variedade de respostas significativas, o/a professor/a deverá, com o grupo-turma, selecionar aquelas mais comuns e expectáveis em contexto escolar, salientando aquelas com mais impacto no processo de ensino-aprendizagem;

Para os medos mais vulgares comuns e concretos (ex. medo de ir sozinho à casa de banho) decorrentes naturalmente da transição do pré-escolar para o 1.º ano, o/a Professor/a pode dar sugestões de resolução imediata, recorrendo a exemplos de estratégias;

Para os medos mais específicos e de natureza individual que não podem ser tratados ou resolvidos no grupo-turma, deverão os mesmos ser tomados em consideração e ser alvo de intervenção especializada.

ATIVIDADE 3 - EU SOU... EU POSSO SER...

Objetivos:

1. Promover o auto e hetero-conhecimento dos alunos da turma;
2. Consciencializar da importância da Escola, da sua frequência, do empenho e sucesso para a concretização de objetivos de vida (pessoais e profissionais).

Descrição da atividade:

1.ª Parte

O/a professor/a apresenta um conjunto de características pessoais (físicas, psicológicas e sociais), conforme a lista do anexo IV;

A forma de apresentação das características aos alunos fica ao critério do/a professor/a, podendo utilizar as TIC, manuscritas no quadro ou em cartolinhas...;

As características são lidas pelo/a Professor/a em voz alta para que todos consigam ouvir, esclarecendo eventuais dúvidas, sobre algum vocábulo que eventualmente desconheçam ou sobre o significado de alguma palavra;

O/a professor/a esclarece as dúvidas, no caso de existirem, e solicita a cada um dos alunos que escolha duas características, da lista apresentada, que pensa ter.

2.ª Parte

O/a professor/a apresenta um conjunto de características pessoais, conforme lista do anexo V;

A forma de apresentação das características aos alunos fica ao critério do/a professor/a, podendo utilizar as TIC, manuscritas no quadro ou em cartolinhas...;

As características são lidas pelo/a Professor/a em voz alta para que todos consigam ouvir, esclarecendo eventuais dúvidas, sobre algum vocábulo que eventualmente desconheçam ou sobre o significado de alguma palavra;

O/a professor/a esclarece as dúvidas, no caso de existirem, e solicita a cada um dos alunos que escolha duas características, da lista apresentada, que pode ser no futuro.

GUIÃO PARA PAIS DE ALUNOS DO 1.º ANO

O Guião para Pais constitui-se como uma ferramenta útil a ser disponibilizada aos Pais/Encarregados de Educação dos alunos do 1.º ano de escolaridade. O Guião pode ser consultado no anexo II.

O Guião para Pais/Encarregados de Educação tem como objetivos:

1. Sensibilizar da importância do seu envolvimento no processo ensino-aprendizagem dos seus educandos;
2. Promover uma atitude de parceria com a Escola;
3. Divulgar as dimensões consideradas fundamentais da Escola: Aprendizagem, Socialização e Brincadeira.

2.1.3. Programa de Intervenção junto de alunos do 4.º ano

ATIVIDADE 1 – ESTA É A ESCOLA ONDE ESTOU

Objetivo: Caracterizar a escola que frequentam (espaço físico, valências, professores, etc.) por forma a ser-lhes possível, futuramente, fazer a comparação com a Escola para onde vão.

Calendarização: Terceiro período

Descrição da atividade:

Os alunos acompanhados pela/o Professora/a Titular fazem uma visita à Escola falando sobre cada um dos espaços, suas funções e quais os que mais gostaram de frequentar;

Conforme as características da/o Professor/a Titular e dos alunos, a caracterização da Escola EB1 que frequentam pode ser feita através de um desenho, uma composição, uma letra para uma música, ou outra.

ATIVIDADE 2 – A MINHA HISTÓRIA DE ESTUDANTE

Objetivo: Construção de uma história do seu percurso escolar recorrendo, nomeadamente, à recolha de fotos ou de trabalhos realizados durante os 4 anos de aprendizagem.

Calendarização: Terceiro período

Descrição da atividade:

É proposto aos alunos que, com a ajuda dos Pais/Encarregados de Educação e Professora, recolham o máximo de informação que retrate o seu percurso escolar por forma a construírem a sua história enquanto estudantes.

O produto final poderá ser o dossier da minha história enquanto estudante, uma exposição das diferentes histórias, uma representação sobre uma história que refletisse a história comum a todos, ou outra.

ATIVIDADE 3 – ESTA É A ESCOLA PARA ONDE EU VOU – VISITA À ESCOLA EB 2/3

Objetivo: Familiarização com os espaços e serviços da Escola recetora

Calendarização: Terceiro período

Descrição da atividade:

Os alunos da EB 1 são convidados a conhecer a escola do 2.º e 3.º ciclo através de uma visita guiada sob a orientação da Direção e do Professores da Escola;

Procura-se que os alunos tomem consciência das diferenças entre a forma de organização da escola que frequentam relativamente à que irão frequentar;

Depois da visita, os alunos são convidados a refletir sobre essas diferenças, o que sentiram durante a visita e quais as principais dúvidas;

Esta reflexão pode traduzir-se num desenho, texto, ou outra forma de expressão.

EIXO II – 1.º CICLO – Programas de Apoio à Transição de Ciclo					
Atividades		Público-alvo	Calendarização	Recursos Humanos	Recursos Materiais
2.1.1.	1. Vamos ver, sentir e falar sobre a escola dos grandes	Todas as crianças que frequentam o ensino pré-escolar com 5 anos, em fase de transição	Maio a setembro	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenadores dos estabelecimentos de ensino; • Animadores (CAF/SAF) 	<ul style="list-style-type: none"> • Quadro da sala e material de escrita; • Cartolinhas de várias cores; • Marcadores, lápis de cor,...
2.1.2.	1. Cheguei ao 1.º ano. E agora???... O que faço???	Todas as crianças que frequentam o 1.º ano do 1.º ciclo de ensino	Setembro e outubro, aquando do início do ano escolar	Professor Titular	<ul style="list-style-type: none"> • Quadro da sala e material de escrita; • Cartolinhas de várias cores; • Papel de cenário; • Marcadores, lápis de cor,... • Tesoura; • Régua; • Grelha de registo de expectativas – Anexo I (facultativo); • Registo da avaliação da atividade – Anexo II
	2. Medos e inseguranças		Setembro a dezembro, aquando do início do ano escolar	Professor Titular	<ul style="list-style-type: none"> • Quadro da sala e material de escrita; • Cartolinhas de várias cores; • Papel de cenário; • Marcadores, lápis de cor,... • Tesoura; • Régua; • Grelha de registo de medos e inseguranças – anexo III (facultativo); • Registo da avaliação da atividade – Anexo II
	3. Eu sou... Eu posso ser....		Setembro a dezembro, aquando do início do ano escolar	Professor Titular	<ul style="list-style-type: none"> • Quadro da sala e material de escrita; • Cartolinhas de várias cores; • Papel de cenário; • Anexo II; • Anexo IV; • Anexo V.
	4. Guião para pais		Setembro e outubro, aquando do início do ano escolar	Professor Titular	<ul style="list-style-type: none"> • Impressão do guião

2.1.3.	1. Esta é a escola onde estou	Todas as crianças que frequentam o 4.º ano do 1.º ciclo de ensino	3.º Período	Professor Titular	<ul style="list-style-type: none"> • Quadro da sala e material de escrita; • Cartolinhas de várias cores; • Papel;
	2. A minha história de estudante		3.º Período	Professor Titular	<ul style="list-style-type: none"> • Quadro da sala e material de escrita; • Cartolinhas de várias cores;
	3. Esta é a escola para onde eu vou – visita à escola		3.º Período	Professor Titular Elemento do Direção do Agrupamento	<ul style="list-style-type: none"> • Camioneta para transporte dos alunos.

Quadro 3 - Quadro resumo das atividades do EIXO II

3.1. EIXO III – Ensino 2.º ciclo - Valorização da Escola- Concurso a nível concelhio “A escola é Fixe”.

FINALIDADE

Prevenir o abandono escolar precoce e a consequente valorização das aprendizagens para o desenvolvimento integral dos alunos.

Constituem-se objetivos do programa:

1. Valorizar as aprendizagens para o desenvolvimento integral dos alunos, envolvendo estes, os pais e os professores;
2. Promover o envolvimento da comunidade escolar e a identificação com o projeto;
3. Motivar para a visibilidade concelhia que poderão ter os produtos criados no âmbito do Projeto.

Para o conseguir é importante definir estratégias escolares positivas, no sentido de promover estratégias de aprendizagem mais atrativas e interativas; promover o espírito de cooperação; incutir e incluir o reforço dos comportamentos desejáveis, quer a nível de comportamentos pró-sociais do jovem quer do seu desenvolvimento escolar de forma a motivar o jovem.

É também muito importante a promoção de vínculos positivos com os Professores e a Escola, sendo para tal necessário promover atividades extracurriculares atrativas que contribuam para o reforçar a motivação, e tenham em última análise um impacto positivo na redução do absentismo e abandono.

Descrição da atividade:

Desenvolver um concurso concelhio aberto a todas as turmas de 5.º e 6º ano dos Agrupamentos do Concelho da Maia, com o objetivo de criar um logótipo e um “grito de guerra” (devidamente operacionalizados na tabela relativa ao eixo III), de acordo com o normativo do concurso “A escola é fixe” (Anexo II), a serem adotados posteriormente pelos Agrupamentos Escolares, simbolizando a sua adesão ao Plano Municipal de Prevenção do Absentismo e Abandono Escolar.

1.ª Fase do Concurso

Concurso "A Escola é fixe" a nível de Agrupamento:

O concurso terá início com o princípio do ano letivo, com a divulgação do mesmo à Comunidade Educativa, através da publicitação no site dos Agrupamentos Escolares, no site da Câmara Municipal da Maia e através da distribuição de flyers e afixação de posters.

O Concurso destina-se a todas as turmas do 2.º ciclo de cada Agrupamento de onde sairá uma turma vencedora para cada um dos temas a concurso.

A entrega/apresentação dos trabalhos deverá ser efetuada na Direção de cada Agrupamento, a qual deverá proceder ao anonimato dos mesmos de acordo com o estabelecido no normativo do concurso.

Cada turma concorrente, terá que entregar cada proposta a concurso num envelope fechado, o qual não poderá conter qualquer elemento identificativo da mesma. A figuração de qualquer marca, assinatura, rúbrica ou qualquer elemento que leve à identificação da turma concorrente, constitui motivo de exclusão do concurso.

O responsável pela receção da candidatura deverá atribuir um código alfanumérico, constituído por duas letras (LG – Logótipo; GG – Grito de Guerra) seguido de dois algarismos, por ordem de receção, de acordo com o tema a concurso. Este código deverá constar na grelha de validação das candidaturas, por forma a garantir o anonimato da turma concorrente.

O júri do concurso deverá ser constituído pelos grupos referidos no quadro 3.

Compete ao júri a verificação da conformidade das propostas apresentadas com o normativo do concurso, a avaliação das propostas, e a sua seriação. A decisão do júri é soberana, não havendo lugar a recurso/reclamação.

O resultado final do concurso será divulgado em março, e a atribuição dos prémios ocorrerá no mesmo dia. Para cada um dos temas, haverá apenas uma turma vencedora.

2.ª Fase do Concurso

Concurso "A Escola é fixe" a nível de Concelho:

A entrega/apresentação dos trabalhos deverá ser efetuada na Divisão de Educação da Câmara Municipal da Maia, a qual deverá proceder ao anonimato dos mesmos de acordo com o estabelecido no normativo do concurso.

Cada Agrupamento concorrente terá que entregar cada proposta a concurso num envelope fechado, o qual não poderá conter qualquer elemento identificativo da mesma. A figuração

de qualquer marca, assinatura, rúbrica ou qualquer elemento que leve à identificação do agrupamento concorrente, constitui motivo de exclusão do concurso.

O responsável pela receção da candidatura deverá atribuir um código alfanumérico, constituído por duas letras (LG – Logótipo; GG – Grito de Guerra) seguido de dois algarismos, por ordem de receção, de acordo com o tema a concurso. Este código deverá constar na grelha de validação das candidaturas, por forma a garantir o anonimato do agrupamento concorrente.

O júri do concurso deverá ser constituído pelas entidades referidas no quadro 3.

O resultado final do concurso, será divulgado no site da Câmara Municipal da Maia.

A atribuição dos prémios ocorrerá em junho, em cerimónia própria.

Para cada um dos temas, haverá apenas uma turma vencedora.

Qual será a sua utilização

O logótipo, que vier a ser selecionado como símbolo da Valorização da Escola será utilizado em documentos oficiais, administrativos, formulários e materiais de divulgação de cada Agrupamento de Escolas, representando a sua adesão ao Plano Municipal de Prevenção do Absentismo e Abandono Escolar, e será aplicado em documentos oficiais ou outros, da Câmara Municipal da Maia – Divisão da Educação, desde que superiormente autorizado.

EIXO III – Valorização da Escola- Concurso a “Escola é Fixe”					
	Atividade	Público-alvo	Calendarização	Recursos Humanos	Recursos Materiais
3.1.	1. Concurso "A Escola é Fixe" a nível de Agrupamento – logótipo e Grito de Guerra	Alunos do 2º ciclo do ensino básico (5º e 6º anos)	<p>Início do ano letivo 2015/16</p> <p>Apresentação/entrega dos trabalhos na Direção do Agrupamento até 20 de fevereiro de 2016</p> <p>Resultado final – turmas vencedoras – atribuição de prémios dia 19 de março de 2016, último dia de aulas do 2.º período</p>	<p>Júri:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 Representante da direção do agrupamento; • 1 Representante da Associação de Pais (2.º ciclo); • 1 Representante do grupo disciplinar de Artes Visuais; • 1 Representante do grupo disciplinar de Educação Física; • 1 Representante do SPO/GPS; • 1 Representante dos alunos; • 1 Representante dos Auxiliares de Ação Educativa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Normativo do concurso; • Carta de compromisso entre a Câmara Municipal da Maia e os Agrupamentos Escolares; • Flyers /Cartazes para divulgação do concurso; • Formulário de candidatura a apresentar ao Agrupamento; • Formulário de candidatura a apresentar à CMM • Declaração de cedência os Direitos de autor; • Grelha de validação das candidaturas; • Grelha de critérios de avaliação; • Questionários de avaliação do concurso;
	2. Concurso "A Escola é Fixe" a nível Concelhio – logótipo e Grito de Guerra		<p>Apresentação/entrega dos trabalhos vencedores de cada agrupamento na C. M. Maia – Divisão de Educação (7.º piso) até 16 de abril de 2016</p> <p>Resultado final- Divulgação – dia 6/05/2016</p> <p>Atribuição de prémios - dia 03/06/2016</p>	<p>Júri:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 Representante da Associação de Estudantes de cada Agrupamento Escolar; • 2 Representantes da Divisão de Educação da C. M. Maia; • 1 Representante da FAPEMAIA, • 1 Representante das Empresas Patrocinadoras; • Um Artista Plástico – António Pato; • Um artista musical – Mariana Domingues. 	

Quadro 4 - Quadro resumo das atividades do EIXO III

4.1. EIXO IV – Pais e Encarregados de Educação - Capacitar as suas competências parentais

FINALIDADE

Este Programa tem como finalidade o desenvolvimento de ações de formação de competências parentais, educacionais e afetivas, direcionadas a Pais e Encarregados de Educação, de modo a ajudá-los a perceber a necessidade de darem um maior contributo no acompanhamento das atividades escolares dos seus filhos.

ATIVIDADE 1 – PARTILHA DE COMPETENCIAS PARENTAIS

Objetivo: Em conjunto, ou de forma individual, de acordo com as necessidades exigidas, desenvolver e estreitar a relação entre a vida escolar e familiar das crianças, aproximando os pais e encarregados de educação, professores e alunos, todos elementos ativos no processo educativo.

Calendarização: Ao longo de todo o ano letivo, tendo em atenção as prioridades definidas, bem como a disponibilidade dos intervenientes nestas ações.

Descrição da atividade:

Realização de ações de formação dirigidas aos pais/encarregados de educação, investindo na formação e treino de competências parentais, educacionais e afetivas, tendo como tema “**Ajudar a compreender a difícil tarefa que é Educar**”.

Estas ações de formações terão como mote o esclarecimento dos pais sobre os temas que mais os preocupam, fornecendo-lhe ferramentas para responderem às necessidades dos seus filhos, nas diferentes fases do seu desenvolvimento. Assim, procurar-se-á dotar os pais de estratégias educativas que lhes permitam não só resolver situações negativas, mas, também, fortificar as relações com os seus filhos e educandos.

Nestas sessões, sem descurar o aspeto lúdico, procurar-se-á promover o diálogo e a partilha dos formandos, tendo em conta as suas experiências enquanto Pais e Encarregados de Educação ao longo do crescimento dos seus filhos e educandos.

Dessas experiências retirar-se-ão conclusões e serão prestados aconselhamentos para a melhoria do relacionamento familiar, propondo-se novos modos de agir dos Pais e Encarregados de Educação no relacionamento com os seus filhos e educandos e comportamentos a adotar, sejam eles com fins de evolução ao nível da aprendizagem,

sejam do modo como uma relação parental deve ser tratada, quer em termos afetivos, quer mesmo em termos corretivos.

A participação nestas ações será sujeita a inscrição dos Pais e Encarregados de Educação, através do preenchimento de uma ficha com alguns dos seus dados pessoais, designadamente no que respeita à sua formação académica e profissional. Tal informação poderá ser importante num futuro encaminhamento para ofertas educativas e formativas, tendo em vista o aumento das respetivas qualificações académicas e profissionais. O que poderá constituir um exemplo para os próprios filhos e educandos.

Considerando a proximidade que detêm com os seus pares, considerando, ainda, os fins a que se destinam conforme o disposto no artigo 2.º do Decreto-lei n.º 372/90 de 27 de novembro, alterado pela Lei n.º 29/2006 de 4 de julho, designadamente, a “promoção dos interesses dos seus associados em tudo quanto respeita à educação e ensino dos seus filhos e educandos que sejam alunos da educação pré-escolar ou dos ensinos básico ou secundário, público, particular ou cooperativo”, as Associações de Pais e Encarregados de Educação (APEE), assim como a FAPEMAIA enquanto suas representante, apresentam-se como entidades privilegiadas para a implementação deste eixo e a prossecução do objetivo que lhe está associado.

Neste desiderato:

Compete às APEE:

- Assegurar a distribuição, recolha e envio à FAPEMAIA das fichas de inscrição, bem como de outros dados que se mostrem relevantes;
- Promover junto dos seus associados e dos pais e encarregados de educação em geral as diligências necessárias, tendo em vista prestar todos os esclarecimentos para que sejam solicitados;
- Desenvolver junto dos seus associados e dos pais e encarregados de educação em geral políticas de promoção da participação nas ações que venham a ser implementadas;
- Colaborar com a FAPEMAIA no tratamento e análise dos dados recolhidos.

Compete à FAPEMAIA:

- Assegurar a ligação entre as Associações de Pais e Encarregados de Educação e todas as outras entidades envolvidas no Programa, nomeadamente os serviços da Câmara Municipal da Maia;

- Tratar, analisar e disponibilizar os dados recolhidos pelas Associações de Pais às outras entidades envolvidas no projeto, possibilitando a definição e implementação de políticas de intervenção mais adequadas às necessidades, em particular no que concerne à formação parental;
- Acompanhar a atividade exercida pelas APEE no processo desenvolvido para a concretização do objetivo delineado, disponibilizando todos os meios ao seu alcance, contribuindo na concretização e acompanhamento de ações de formação;
- Colaborar com as APEE na disponibilização, junto dos pais e encarregados de educação, de informação quanto à evolução dos processos formativos previstos ou em curso, ou de outra que se mostre relevante.

EIXO IV – Pais e Encarregados de Educação – Capacitar competências Parentais					
	Atividade	Público-alvo	Calendarização	Recursos Humanos	Recursos Materiais
4.1.	1. Capacitar Competências Parentais	Prioritariamente para Pais e Encarregados de Educação dos alunos que frequentam o 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico	Ao longo de todo o ano letivo	<ul style="list-style-type: none"> Membros das Associações de Pais; Estagiários dos Curso de Psicologia e Educação; Técnicos Superiores da Divisão de Educação e Ação Social; 	<ul style="list-style-type: none"> Salas disponíveis (Escolas, Juntas de Freguesia ou outras); <i>Flyers</i> com informação a distribuir pelos pais.

Quadro 5 - Quadro resumo das atividades do EIXO IV

VI. CALENDARIZAÇÃO

Este programa terá a duração de 9/10 meses, sendo que irá coincidir com o calendário escolar em vigor.

CALENDARIZAÇÃO EIXO I												
ATIVIDADES	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	
Ações de sensibilização												
Avaliação de alunos												
Encaminhamento												
Workshops sobre desenvolvimento infantil												
Análise da relação de frequência/não frequência do jardim de infância e o sucesso académico*												
CALENDARIZAÇÃO EIXO II												
ATIVIDADES	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	
Vamos ver, sentir e falar sobre a escola dos grandes												
Cheguei ao 1.º ano. E agora???...O que faço???												
Medos e inseguranças												
Eu sou...Eu posso ser...												
Guião de pais												
Esta é a escola onde eu estou												
A minha história de estudante												
Esta é a escola para onde eu vou- visita à escola												
CALENDARIZAÇÃO EIXO III												
ATIVIDADES	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	
Concurso "A Escola é Fixe" - a nível do agrupamento												
Concurso "A Escola é Fixe" - a nível do concelho												
CALENDARIZAÇÃO EIXO IV												
ATIVIDADES	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	
Treino de competências parentais												

Quadro 6 - Calendarização anual das atividades

*A iniciar no ano letivo de 2016/2017

VII. ORÇAMENTO

RECURSOS MATERIAIS		
EIXO I	Aquisição de fichas de diagnóstico	933,97 €
EIXO II	Guião para pais	850,00 €
EIXO II	Fichas de atividades	465,00 €
EIXO II	Questionários de satisfação aos alunos	430,00 €
EIXO III	Publicidade flyers	195,00 €
EIXO III	Cartazes grandes para divulgação do concurso "A escola é Fixe"	320,00 €
TOTAL		3.193,97 €

Quadro 7 - Orçamento anual – recursos materiais

O orçamento por ano letivo para o desenvolvimento das atividades previstas no Plano Municipal de Prevenção, terá como valor € 3.193,97 de acordo com a tabela 4.

VIII. AVALIAÇÃO

A avaliação do Programa Municipal de Prevenção do Absentismo e do Abandono Escolar do Concelho da Maia consiste na análise dos resultados obtidos para cada uma das atividades previstas, face aos resultados a que o Programa se propôs, tomando por base uma grelha de avaliação pré-definida, abaixo representada, onde é estabelecido para cada atividade o indicador e a respetiva meta.

Tal análise comparativa permitirá aferir da necessidade de introdução de eventuais melhorias, seja através da reformulação das atividades realizadas, seja através da melhoria dos procedimentos praticados ou da introdução de novos procedimentos, seja, ainda, através da redefinição dos indicadores e metas estabelecidos, tendo como principal objetivo a melhoria dos resultados obtidos e, consequentemente, do impacto do Programa atentos os objetivo geral e específicos estabelecidos.

AVALIAÇÃO							
Objetivo Geral	Objetivos específicos	EIXOS		Atividades	Indicadores	Metas	Meio de verificação
Redução de situações de absentismo e abandono escolar dos alunos que se encontram dentro da escolaridade obrigatória	Objetivo 1	I	1.1.	Atividade 1	Percentagem de educadores de infância que aderiram às ações de sensibilização	80% participaram	Grelha Excel
					Percentagem de pais/ encarregados de educação que deram autorização	80% dos pais e encarregados de educação autorizaram estudo	Grelha Excel
				Atividade 2	Percentagem de alunos com 5 anos que foram alvo de avaliação diagnóstica	80% dos alunos	Grelha Excel
					Percentagem de alunos avaliados com autorização prévia dos pais e encarregados de educação	90% dos alunos com autorização	Grelha Excel
				Atividade 3	Percentagem de crianças diagnosticadas que foram encaminhadas para intervenção	60% das crianças foram encaminhadas	Grelha Excel
				Atividade 4	Percentagem de participação de pais/encarregados de educação e educadores no Workshop	70% dos pais/educadores participaram	Grelha Excel
					Grau de satisfação dos pais e encarregados de educação igual ou superior a 4 numa escala de 1 a 5	80% dos pais e encarregados de educação ficaram satisfeitos	Questionário aos pais
	Objetivo 2	II	2.1.1.	Atividade 1	Percentagem de alunos que frequentaram a educação pré-escolar pública e transitaram do 2.º para o 3.º ano de escolaridade	Monitorizar	Grelha Excel
			2.1.2.	Atividade 1	Grau positivo de satisfação dos alunos	80% dos alunos ficaram satisfeitos	Questionário de satisfação
			Atividade 1	Grau positivo de satisfação dos alunos	80% dos alunos ficaram satisfeitos	Questionário: Anexo I - Grelha de registo de expectativas	

	2.1.3.		Atividade 2	Grau positivo de satisfação dos alunos	80% dos alunos ficaram satisfeitos	Questionário: Anexo II - Grelha de avaliação da atividade
			Atividade 3	Grau positivo de satisfação dos alunos	80% dos alunos ficaram satisfeitos	Questionário: Anexo II - Grelha de avaliação da atividade
			Atividade 4	Percentagem de pais que receberam o guia	90% dos pais e encarregados de educação receberam o guia para pais	Grelha Excel
		2.1.3.	Atividade 1	Grau de satisfação dos alunos igual ou superior a 4 numa escala de 1 a 5	80% dos alunos ficaram satisfeitos	Questionário de satisfação
			Atividade 2	Grau de satisfação dos alunos igual ou superior a 4 numa escala de 1 a 5	80% dos alunos ficaram satisfeitos	Questionário de satisfação
			Atividade 3	Grau de satisfação dos alunos que foram visitar a nova escola alunos igual ou superior a 4 numa escala de 1 a 5	80% dos alunos ficaram satisfeitos	Questionário de satisfação
	Objetivo 3	III	Atividade 1	Percentagem de turmas que participou no concurso	30% das turmas do 5.º e 6.º ano participaram	Grelha Excel
			Atividade 2	Grau de satisfação dos alunos igual ou superior a 4 numa escala de 1 a 5	80% dos alunos ficaram satisfeitos	Questionário de satisfação
	Objetivo 4	IV	Atividade 1	Grau de satisfação dos pais igual ou superior a 4 numa escala de 1 a 5	80% dos pais e encarregados de educação ficaram satisfeitos	Questionário de satisfação
				Percentagem de Pais e Encarregados de Educação que participou nas ações de formação	30% dos Pais e Encarregados de Educação participaram	Grelha Excel

Quadro 8 – Quadro resumo da avaliação anual de todas as atividades

Considerações finais

O combate ao absentismo e ao abandono escolar emerge como uma prioridade das políticas educativas públicas, afigurando-se como fundamental para a promoção do sucesso escolar e, consequentemente, para a criação de condições que potenciam o desenvolvimento pessoal e coletivo.

Neste desiderato, foi apresentada pela Divisão de Educação da Câmara Municipal da Maia, na reunião do Conselho Municipal de Educação de 29 de outubro de 2014, uma proposta de criação de uma equipa multidisciplinar que integrasse representantes do Conselho Municipal, com a finalidade de ser elaborado um Plano Municipal de Prevenção do Absentismo e do Abandono Escolar do Concelho da Maia.

Sem prejuízo da participação de outras entidades, deliberou o Conselho que a referida equipa multidisciplinar integrasse um representante da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Maia, um representante da Câmara Municipal da Maia, um representante da FAPEMAIA, um representante das Instituições de Solidariedade Social e um representante dos Agrupamentos Escolares.

Foram igualmente convidados a integrar a equipa de trabalho, todos os Técnicos Superiores afetos aos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) e do Gabinete de Promoção Social de todos os Agrupamentos Escolares, face ao maior conhecimento que detêm da realidade de cada Agrupamento Escolar.

As preocupações manifestadas foram unâimes. O aumento da população alvo decorrente do alargamento da escolaridade obrigatória, a deterioração da capacidade económica de muitas famílias, o crescente desinteresse pelos conteúdos curriculares, o baixo envolvimento parental no acompanhamento da vida escolar dos educandos e nas atividades educativas, constituem fatores que potenciam o absentismo e o abandono escolar e justificam uma intervenção numa perspetiva preventiva, tendo em vista a promoção do sucesso escolar.

O Plano Municipal de Prevenção do Absentismo e do Abandono Escolar do Concelho da Maia, concertando estratégias de intervenção orientadas para a redução das situações de absentismo e abandono escolar, constitui-se como um documento estratégico de intervenção, numa congregação de sinergias de entidades e cidadãos empenhados na construção de uma sociedade mais culta e mais feliz.

GLOSSÁRIO

A

ALUNO – Indivíduo que frequenta o sistema formal de ensino após o ato de registo designado como matrícula.

ALUNO MATRICULADO – Vide ALUNO.

ANO CURRICULAR – Parte do plano de estudos do curso que, de acordo com o respetivo instrumento legal de aprovação, deve ser realizado pelo aluno, quando em tempo inteiro e em regime presencial no decurso de um ano letivo.

ANO DE ESCOLARIDADE – Ano de estudos completo legalmente instituído.

ANO ESCOLAR – No ensino não superior é o período de tempo compreendido entre 1 de Setembro e 31 de Agosto. No ensino superior é o período que compreende as atividades letivas e as épocas de avaliação. A sua organização está a cargo do órgão legal e estatutariamente competente do estabelecimento de ensino.

ANO LETIVO – Período de tempo compreendido entre o início e o fim das atividades letivas que no ensino não superior corresponde a um mínimo de 180 dias efetivos de atividades escolares e no ensino superior deverá corresponder a um período entre 36 e 40 semanas.

APROVEITAMENTO ESCOLAR – Situação do aluno, cuja avaliação das aprendizagens resulta nas seguintes menções: aprovação, progressão, transição ou conclusão.

C

CICLO DE ESTUDOS – Etapa definida na estrutura do sistema educativo, com determinado tempo de duração e com uma identidade própria, a nível de objetivos, finalidades, organização curricular, tipo de docência e programas.

CONCLUSÃO – Situação escolar do aluno que termina com sucesso o nível de ensino que frequenta, tendo direito à atribuição do respetivo diploma.

D

DESTITUIÇÃO – Situação do aluno que no final do ano letivo não se encontrava em condições de se inscrever no ano de escolaridade seguinte, por não ter frequentado até ao final o ano de escolaridade em que se encontrava inscrito.

E

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – Subsistema de educação, de frequência facultativa, destinado a crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico. Realiza-se em estabelecimentos próprios, designados por jardins-de-infância, ou incluídos em unidades escolares em que é também ministrado o ensino básico. A educação pré-escolar, no seu aspeto formativo, é complementar e/ou supletiva da ação educativa da família, com a qual estabelece estreita cooperação.

ENSINO BÁSICO – Nível de ensino que se inicia cerca da idade de seis anos, com a duração de nove anos, cujo programa visa assegurar uma preparação geral comum a todos os indivíduos, permitindo o prosseguimento posterior de estudos ou a inserção na vida ativa. Compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1.º de quatro anos, o 2.º de dois anos e o 3.º de três anos. É universal, obrigatório e gratuito.

ENSINO PRIVADO – Vide ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO.

ENSINO PÚBLICO – Ensino que funciona na direta dependência da administração central, das regiões autónomas e das autarquias.

ENSINO SECUNDÁRIO – Nível de ensino que corresponde a um ciclo de três anos (10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade), que se segue ao ensino básico e que visa aprofundar a formação do aluno para o prosseguimento de estudos ou para o ingresso no mundo do trabalho. Está organizado em cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos e cursos predominantemente orientados para a vida ativa.

ESCOLA – Vide ESTABELECIMENTO DE ENSINO (NÃO SUPERIOR).

ESCOLA SEDE DE AGRUPAMENTO – Vide SEDE DE AGRUPAMENTO.

ESTABELECIMENTO DE ENSINO (NÃO SUPERIOR) – Cada unidade organizacional em que, sob a responsabilidade de um Conselho Executivo ou de um Diretor (Diretor Pedagógico ou Encarregado de Direção), é ministrado o ensino de um ou mais graus.

ESTUDANTE – Vide ALUNO.

G

GRUPO DE DOCÊNCIA – Definição legal das habilitações adequadas para lecionar

J

JARDIM-DE-INFÂNCIA – Estabelecimento que oferece, a tempo completo ou parcial, três anos de educação pré-escolar a crianças dos 3 aos 6 anos de idade. O horário é flexível e adaptado às necessidades dos encarregados de educação. O currículo é organizado num ciclo e inclui uma componente socioeducativa.

M

MATRÍCULA – Ato pelo qual um indivíduo adquire a qualidade de aluno de um determinado curso ou estabelecimento de educação ou de ensino.

N

NÍVEL DE ENSINO – Refere-se a cada um dos três níveis sequenciais que constituem o sistema de ensino: ensino básico, ensino secundário e ensino superior.

P

PESSOAL DOCENTE – Conjunto dos educadores de infância e/ou professores, de um estabelecimento de educação/ensino ou de uma entidade.

PESSOAL NÃO DOCENTE – Conjunto de profissionais pertencentes a carreiras específicas que, em colaboração com o pessoal docente, contribui para o desenrolar do processo educativo num estabelecimento de ensino

R

RETENÇÃO – Consiste na manutenção do aluno abrangido pela escolaridade obrigatória, no ano letivo seguinte, no mesmo ano de escolaridade que frequenta, por razões de insucesso ou por ter ultrapassado o limite de faltas injustificadas.

S

SISTEMA DE ENSINO – Estrutura que se compõe de graus e níveis de escolaridade sequenciais e aos quais correspondem grupos etários determinados.

T

TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA – Relação percentual entre o número de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados, nesse ano letivo.

TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO – Relação percentual entre o número de alunos que, no final de um ano letivo, obtêm aproveitamento (podendo transitar para o ano de escolaridade seguinte) e o número de alunos matriculados, nesse ano letivo. Usa-se a designação “taxa de conclusão” quando se refere o aproveitamento no fim do nível de ensino, ou seja no 9.º e no 12.º anos.

TAXA DE ABANDONO PRECOCE DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO - Percentagem de indivíduos dos 18 aos 24 anos e com nível de escolaridade completo até ao 3º ciclo do ensino básico que não estão a frequentar nenhum tipo de educação ou formação (formal ou informal).

TIPOS DE CURSOS – Classificação dos cursos segundo a sua orientação, nomeadamente o prosseguimento de estudos ou inserção na vida ativa.

TRANSIÇÃO/PROGRESSÃO – Situação escolar que no final do ano letivo, permite ao aluno inscrever-se no ano de escolaridade seguinte.

Referências Bibliográficas

- Abrantes, Pedro (2005). As Transições entre Ciclos de Ensino: Entre Problema Social e Objeto Sociológico. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia
- Benavente *et al.* (1994). "Renunciar `escola: O abandono escolar no ensino básico". Lisboa: Fim de Século Editora.
- Canavarro, José (2007). Para a Compreensão do Abandono Escolar. Lisboa : Texto Editora.
- Conselho Nacional Educação (2015). Relatório Técnico. Retenção Escolar nos Ensinos básico e Secundário
- Cotterell, J.L. (1992). School size as a factor in adolescents to the transition to secondary school. *Journal of Early Adolescence*, 12,28-45.
- Crusellas e P. Moreira (org.)(2005). Saúde Mental: do tratamento à prevenção. Porto: Porto Editora.
- Harter, S. (1999). School size as a factor in adolescents to the transition to secondary school. *Journal of Early Adolescence*
- Madougall, P. et Hymel, S. (1998). Moving into middle school: individual differences in the transition experience. *Canadian Journal of Behavioral Science*
- Ministério da Educação e Segurança Social e do Trabalho (2004), Eu Não Desisto. Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar.
- MOREIRA, P. e Melo, A. (2005). Desenho e avaliação de programas de prevenção. In L. Crusellas e P. Moreira (org.) Saúde Mental: do tratamento à prevenção. Porto: Porto Editora.
- Moreira, Paulo (2004). "Saúde Mental, do Tratamento à Prevenção": Porto Editora.
- Regiões em Números 2010/2011. Volume I – Norte. Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC).
- Simmons, R.G., Burgeson, R., Carlton-Ford, S. & Blyth, D.A. (1987). The impact of cumulative change in early adolescence. *Child Development*, 58, 1220-1234.

Referências legislativas

Decreto Regulamentar n.º 10/99, de 21 de julho – Regime de Autonomia, Diário da Republica n.º 168, I Série, de 21 de junho de 1999

Decreto Regulamentar n.º 12/200 de 29 agosto, Diário da Republica I Série – B, n.º 199, de 29 de Agosto de 2000

Decreto-lei 176/2012, de 2 de agosto – Escolaridade Obrigatória, Diário da República n.º 149, de 2 de agosto de 2012

Decreto-Lei n.º 190/91, de 17 de maio, Serviço de Psicologia e Orientação, Diário da Republica n.º 113, I Série, de 17 de maio de 1991

Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, Conselhos Municipais de Educação, Diário da Republica n.º 12, janeiro de 2003, alterado pelo Decreto-lei n.º 72/2015, de 11 de maio

Despacho 22/SEEI/96, de 20 de abril – Currículos Alternativos, Diário da Republica n.º 140, II Série de 19 de junho de 1996

Despacho Conjunto n.º 279/2002, de 12 abril, que cria os Cursos de Educação e Formação, Diário da Republica n.º 175, II Série, de 27 julho de 2003

Despacho Conjunto n.º 453/2004, de 27 de julho – Cursos de educação e Formação, Diário de Republica n.º 175, II Série, de 27 de julho de 2004

Despacho Conjunto n.º 882/99, de 28 de setembro, Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), alterado pelo Despacho Conjunto n.º 948/2003 e pela Portaria n.º 272/2012, de 4 de setembro, Diário da República – I Série, n.º 171, de 4 de setembro

Despacho n.º 147-B/ME/96, de 1 de agosto - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP)

Lei 85/2009 de 27 agosto, Alargamento da Escolaridade Obrigatória, Diário da Republica n.º 166, I Série, de 27 de agosto de 2009

Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, Lei de Proteção de Crianças e jovens em Perigo, Diário da Republica- I Série – n.º 204, de 1 de setembro de 1999

Lei n.º 46/86, de 14 de outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo, republicada no Diário da Republica – I Série – A, n.º 166, de 30 de agosto de 2005

Portaria 272/2012, de 4 de setembro – Cursos de educação e Formação, Diário de Republica n.º 171, I Série, de 4 de setembro de 2012

Portaria 812/2010, de 26 de agosto- Ensino à Distancia para a Itinerância, Diário de Republica n.º 166, I Série, de 26 de agosto de 2010

Portaria 835/2009, de 31 de julho – Ensino à distância, Diário de Republica n.º 147, I Série, de 31 de julho de 2009

Portaria n.º 1260/2007, de 26 de setembro, Diário da República – I Série – n.º 186 de 26 setembro

Recomendação n.º 1/98, de 6 de agosto – Conselho nacional de Educação – Abandono Precoce da Escolaridade Obrigatória e Ingresso na Vida Ativa, Diário da Republica n.º 180, II Série, de 6 de agosto de 1998

Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/91 de 16 de Maio, programa de Educação Para Todos (PEPT), Diário da Republica n.º 182, I Série, de 9 de agosto de 1991

Resolução do Conselho de Ministros, DR, n.º 17, II Série, 21 de janeiro 1988, Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo (PIPSE)

ANEXO I – EIXO II



**Cheguei ao 1º ano. E agora??? O
que faço???**

NOME DA ATIVIDADE: Cheguei ao 1º ano. E agora??? O que faço???

DURAÇÃO PREVISTA: 45 minutos

OBJETIVOS:

- Identificar expectativas sobre a Escola:
 - Escolares – exigências, enriquecimento de conhecimentos, ...;
 - Sociais – pares, grupo e adultos.

PROCEDIMENTO:

1. O/a Professor/a deve questionar os seus alunos acerca do que eles esperam que seja a Escola, lançando a seguinte questão para a turma: “**Para ti o que é mais importante na escola?**”;
2. O/a Professor/a deve tentar fazer com que cada aluno refira uma frase ou uma só palavra para a questão levantada, registando-a no quadro;
3. No caso de haver necessidade de explicitação ou clarificação de uma resposta dos alunos, o/a Professor/a deverá proporcionar um clima positivo de expressão por parte dos alunos de forma a exporem o pensamento subjacente às respostas produzidas;
4. Se houver na turma uma variedade e quantidade de respostas significativas, o/a Professor/a deverá, com o grupo turma, selecionar aquelas mais ajustadas e desejadas ao contexto escolar, salientando aquelas com mais impacto no processo de ensino-aprendizagem;
5. Como forma de incentivar, reconhecer ou recordar os contributos do grupo, as produções dos alunos poderão ser expostas sob diversas formas (ex. manuscritas numa cartolina, que pode ser recortada e penduradas, afixada num local visível à turma), podendo ser explorada a criatividade nesta exposição.

MATERIAIS:

- Quadro da sala e material de escrita;
- Cartolinhas de várias cores;
- Papel de cenário;
- Marcadores, lápis de cor, ...
- Tesoura;
- Régua;
- Grelha de Registo de Expectativas - Anexo I (facultativo);
- Registo da avaliação da atividade – Anexo II.

AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE:

- Solicitar aos alunos que expressem o seu nível de satisfação, assinalando com uma cruz por baixo da respetiva face: ☺ ☻ ☹ - Utilizar Anexo I.

Nota: A Grelha de Registo de Expectativas (Anexo I) é de preenchimento facultativo, constituindo uma fonte de informação que poderá ter utilidade para o/a Professor/a, devendo ser preenchida no final da atividade, fora do alcance visual dos alunos, para que eles não se sintam avaliados.

Anexo I – Grelha de Registo de Expectativas

Nome da Escola: _____ Professor(a) Titular de Turma: _____ Turma: _____

Tabela I – Registo de expectativas sobre a escola

- a) Académica, Social – classificar considerando a descrição
 - b) “O que é mais importante para ti na Escola?”
 - c) “O que/quem achas que te pode ajudar?”
 - d) “Para que consigas isso, achas que vai ser difícil? Porquê?”

Anexo II – Grelha da Avaliação da Atividade

Nome da Atividade: _____



Medos e Inseguranças na Escola

NOME DA ATIVIDADE: Medos e Inseguranças na Escola

DURAÇÃO PREVISTA: 45 minutos

OBJETIVOS:

- Identificar inseguranças e medos subjacentes à transição para o 1º ciclo;
- Promover o conhecimento individual e de grupo-turma, contribuindo esta informação para o desenvolvimento de uma relação de segurança e da adequação/adaptação do processo ensino-aprendizagem;
- Explicar aos alunos que é natural que estes tenham receios, medos, inseguranças quando começam o 1º ano de escolaridade, referindo, sempre que possível, estratégias de resolução de alguns deles;
- Levar os alunos a pensar a quem se podem dirigir, na escola, quando existe um problema desta natureza (social, escolar, local, objeto,...). Na lista de recursos deverão constar os seguintes:
 - Professor/a Titular de Turma, Professores das outras turmas, Educadores/as de Infância, Auxiliares de Ação Educativa, amigos, colegas de turma, colegas de outras turmas, os colegas mais velhos.

PROCEDIMENTO:

Nota: Esta atividade alguns cuidados na aplicação, para evitar constrangimentos que possam agravar uma situação de natureza individual, considerando, nesta fase, que o/a Professor/a do 1º ano ainda não conhece o funcionamento individual dos seus alunos.

6. O/a Professor/a deve criar as condições de expressão de sentimentos, medos, receios e inseguranças face à escola, lançando a seguinte questão para a turma: **“Quais são os meus medos face à Escola?”;**
7. O/a Professor/a deve tentar fazer com que cada aluno refira uma frase ou uma só palavra para a questão levantada, registando-a no quadro;
8. No caso de se verificar inibição de resposta por parte dos alunos, o/a Professor/a pode recorrer a experiências de alunos de anos anteriores, referindo alguns exemplos de receios mais comuns nos alunos do 1º ano;
9. Quando houver necessidade de explicitação ou clarificação de uma resposta dos alunos, o/a Professor/a deverá proporcionar um clima positivo de expressão por parte dos alunos de forma a exporem o pensamento subjacente às respostas produzidas;
10. Se possível, o/a Professor/a deverá proporcionar um clima positivo e confortável à expressão individual dos receios, medos e insegurança;
11. Se houver na turma uma variedade e quantidade de respostas significativas, o/a Professor/a deverá, com o grupo turma, selecionar aqueles mais comuns e expectáveis em contexto escolar, no 1º ano, salientando aqueles com mais impacto no processo de ensino-aprendizagem;
12. Para os medos mais vulgares, comuns e concretos (ex. medo de ir sozinho à casa de banho) decorrentes naturalmente da transição do pré-escolar para o 1º ano, o/a Professor/a pode dar sugestões de resolução imediata, recorrendo a exemplos de estratégias;

13. Para os medos mais específicos e de natureza individual, que não podem ser tratados ou resolvidos no grupo-turma, deverá ser dada uma expectativa que estes irão ser tomados em consideração e alvo de intervenção especializada.

MATERIAIS:

- Quadro da sala e material de escrita;
- Cartolinhas de várias cores;
- Papel de cenário;
- Marcadores, lápis de cor,...
- Tesoura;
- Régua;
- Grelha de Registo de Medos e Inseguranças – Anexo III (facultativo);
- Registo da avaliação da atividade – Anexo II.

AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE:

- Solicitar aos alunos que expressem o seu nível de satisfação, assinalando com uma cruz por baixo da respetiva face: ☺ ☻ ☻ - utilizar Anexo II.

Nota: O Registo de Medos e Inseguranças (Anexo III) é de preenchimento facultativo, constituindo uma fonte de informação que poderá ter utilidade para o/a Professor/a, devendo ser preenchida no final da atividade, fora do alcance visual dos alunos, para que eles não se sintam avaliados.

PLANO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO DO ABSENTISMO E DO ABANDONO ESCOLAR DA MAIA

Anexo III – Grelha de Registo de Medos/Inseguranças

Nome da Escola: _____ Professor(a) Titular de Turma: _____ Turma: _____

Tabela II – Registo de medos/inseguranças na escola



EU SOU... EU POSSO SER

NOME DA ATIVIDADE: Eu Sou... Eu posso Ser.

DURAÇÃO PREVISTA: 45 minutos

OBJETIVOS:

- Promover o auto e hetero-conhecimento dos alunos da turma;
- Consciencializar da importância da escola, da sua frequência, do empenho e sucesso para a concretização de objetivos de vida (pessoais e profissionais).

PROCEDIMENTO:

1^a Parte

1. O/a Professor/a apresenta um conjunto de características pessoais (físicas, psicológicas e sociais), conforme lista do **ANEXO IV**;
2. A forma de apresentação das características aos alunos fica ao critério do/a Professor/a, podendo utilizar as TIC, manuscritas no quadro ou em cartolinhas....;
3. As características são lidas pelo/a Professora/a em voz alta para que todos consigam ouvir, esclarecendo eventuais dúvidas, sobre algum vocábulo que eventualmente desconheçam ou sobre o significado de alguma palavra;
4. O/A Professor/a esclarece as dúvidas, no caso de existirem, e solicita a cada um dos alunos que escolha duas características, da lista apresentada, que pensa ter.

2^a Parte

1. O/a Professor/a apresenta um conjunto de características pessoais, conforme lista do **ANEXO V**;
2. A forma de apresentação das características aos alunos fica ao critério do/a professor/a, podendo utilizar as TIC ou manuscritas no quadro ou em cartolinhas....;
3. As características são lidas pelo/a professora/a em voz alta para que todos consigam ouvir, esclarecendo eventuais dúvidas, sobre algum vocábulo que eventualmente desconheçam ou sobre o significado de alguma palavra;
4. O/A professor/a esclarece as dúvidas, no caso de existirem, e solicita a cada um dos alunos que escolha duas características, da lista apresentada, que **PODE SER no futuro**.

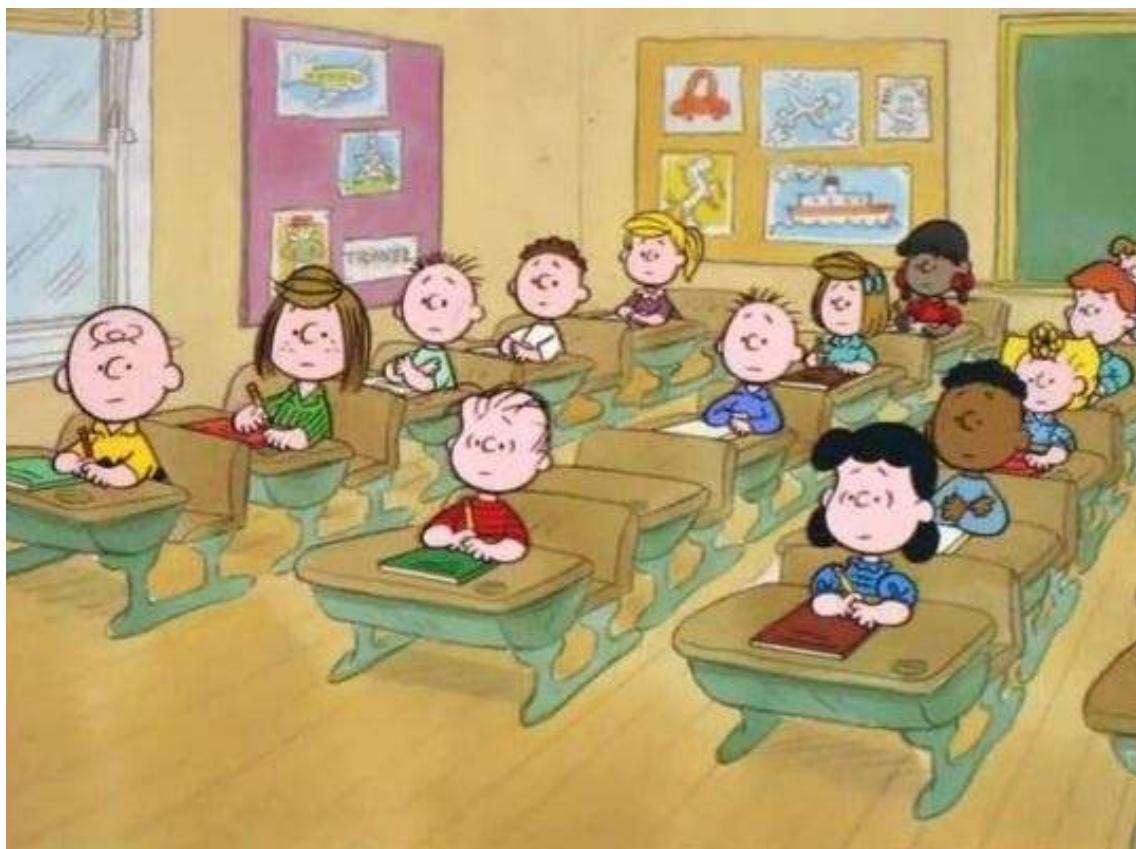
MATERIAIS:

- Quadro da sala e material de escrita;
- Cartolinhas de várias cores;
- Papel de cenário;
- Marcadores, lápis de cor,...;
- Anexo II;
- Anexo IV;
- Anexo V.

AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE:

- Solicitar aos alunos que expressem o seu nível de satisfação, assinalando com uma cruz por baixo da respetiva face: ☺ ☻ ☻ - Utilizar **Anexo II**.

A Escola



Guião para Pais

1. A Aprendizagem



É uma forma de adquirir e desenvolver conhecimentos e competências úteis para a progressão nos diversos tipos de ensino (básico, secundário e superior);

- Constitui um veículo de preparação teórica e
 - prática para alcançar a profissão desejada no futuro;
- Serve para o enriquecimento pessoal, contribuindo
 - para o aumento da auto-motivação quando é bem-sucedida podendo, no entanto, contribuir para o inverso quando o aproveitamento é fraco – ATENÇÃO!

2. A Sociabilidade



- Traduz-se no relacionamento com toda a comunidade do contexto escolar: Professores, Educadores, Assistentes Operacionais, amigos, colegas de turma, colegas de outras turmas, colegas de outros anos de escolaridade;
- Constitui uma forma de aquisição de **regras e limites**, devendo o aluno aprender a forma como deve interagir com a hierarquia:
 - ✓ Respeitar as regras de comportamento em sala de aula estabelecidas pelo/a Professor/a Titular de Turma, assim como os restantes Professores da Escola;
 - ✓ Respeitar os Professores e Assistentes Operacionais, adotando uma atitude correta e adequada quando interagem com eles;
 - ✓ Respeitar os amigos, colegas de turma e restantes alunos da Escola.

2. As Brincadeiras



- São muito úteis para o desenvolvimento de competências pessoais e sociais que podem despertar interesses em áreas variadas, podendo ser, também, uma forma de expressão e desenvolvimento vocacional;
- Existem locais próprios para o lazer na Escola:
 - ✓ Recreio;
 - ✓ Campo de Jogos;
 - ✓ Biblioteca;
 - ✓ (...)
- As Escolas têm também Projetos e Clubes em diversas áreas, que os pais devem preocupar-se em conhecê-los, motivando os seus filhos para se envolverem. São importantes para o desenvolvimento de uma aprendizagem multicontextual.

COMO POSSO AJUDAR O MEU EDUCANDO A TER SUCESSO NA ESCOLA?



- Mantendo-me atualizado e atento ao seu processo de transição e adaptação para o 1º ano do Ensino Básico (nível escolar, social);
- Acompanhando as suas aprendizagens e dificuldades que vão surgindo neste processo;
- Criando oportunidades para conversar com ele sobre a escola (o que sente, o que pensa, o que faz);
- Ajudando-o nas suas tarefas escolares de forma a motivá-lo para o sucesso;
- Certificando-me que o meu educando:
 - Participa com empenho nas atividades letivas;
 - Tem conhecimento e cumpre as regras de sala de aula estabelecidas pelo/a Professor/a Titular de Turma;

- Segue as instruções dos Assistentes Operacionais;
 - Sabe como brincar e respeitar os amigos e outros alunos da Escola.
- Estabelecendo contactos com o/a Professor/a Titular de Turma sempre que necessário e quando convocado à Escola:
- As queixas dos filhos junto dos pais são muitíssimo frequentes e, habitualmente, sem intenção, estes adotam uma atitude de oposição em relação à outra parte, a Escola. Sempre que o filho se queixe de algo que aconteceu na Escola (com os elementos da comunidade educativa), propõe-se que os pais adotem uma atitude de disponibilidade para ouvir o seu filho, refletir com ele sobre o que se passou e elencar soluções de resolução do problema;
 - A abordagem para a resolução de problemas que surgem com os alunos deve envolver, quando necessário, as duas partes (comunidade escolar e Encarregados de Educação) e ter uma perspetiva colaborativa entre ambas (parceria escola/Encarregados de Educação) e nunca de oposição. Uma atitude opositora poderá potenciar um novo conflito, em lugar de resolver o existente e não promove o desenvolvimento saudável da criança.

Anexo IV – Características – “Eu Sou...

Sonhador

Sorridente

Alto

Triste

Baixo

Forte

Louro

Desanimado

Mandão

Pessimista

Envergonhado

Otimista

Amigo

Calado

Preocupado

Atento

Generoso

Falador

Calmo

Orgulhoso

Amável

Teimoso

Corajoso

Sensível

Conversador

Invejoso

Organizado

Inteligente

Distraído

Teimoso

Educado

Aventureiro

Desatento

Sincero

Pontual

Cuidadoso

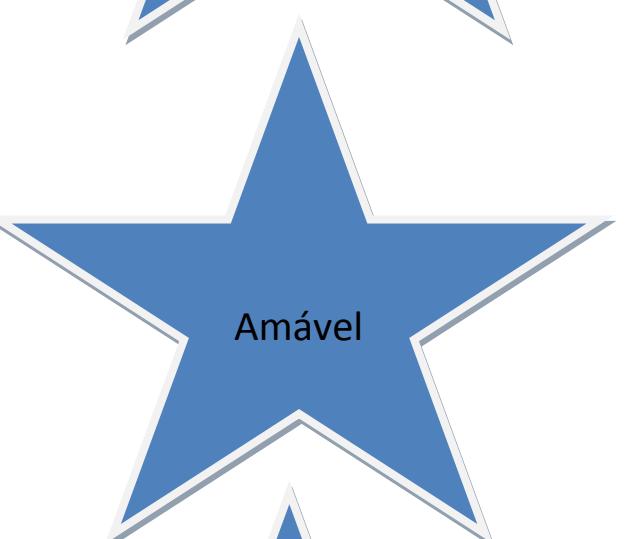
Honesto

Original

Descuidado

Anexo V – Características – “Eu Posso Ser...”







Desanimado



Preocupado



Louro



Moreno



Orgulhoso



Corajoso



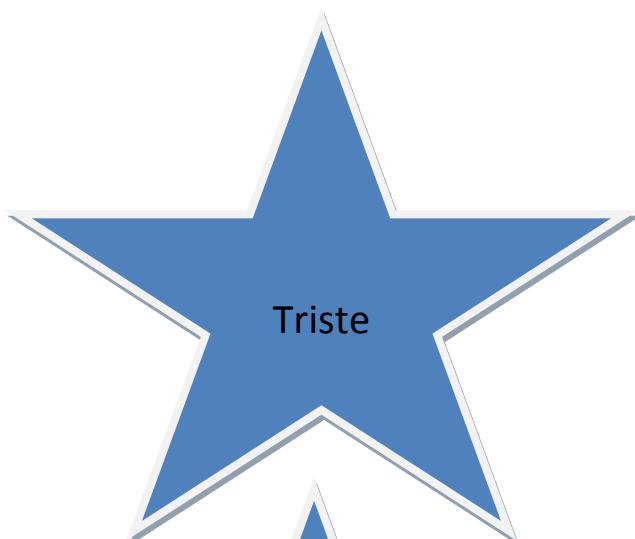
Conversador



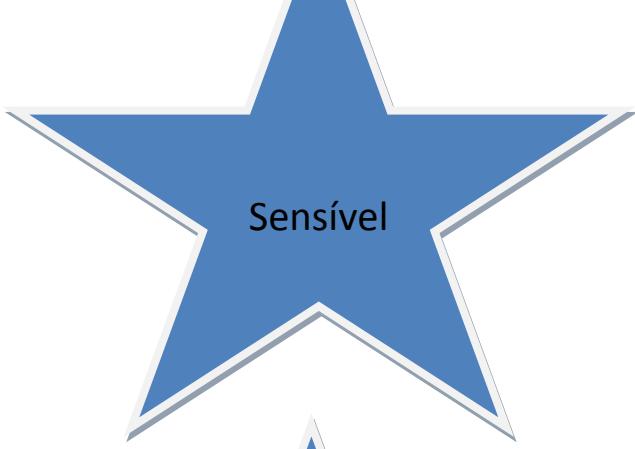
Forte



Envergonhado



Triste



Sensível



Pessimista



Aventureiro



Educado



Organizado



Mandão



Otimista



Inteligente



Generoso



Distraído



Invejoso



Descuidado



Curioso



Desatento

ANEXO II – EIXO III

OPERACIONALIZAÇÃO DA ATIVIDADE

Atribuição de responsabilidades

Câmara Municipal da Maia:

- a) Validar o normativo do concurso;
- b) Elaborar a “Carta de compromisso” a ser assinada por todos os Agrupamentos de Escolas e pela Câmara Municipal da Maia de modo a se vincularem ao projeto;
- c) Criar ferramentas/instrumentos de divulgação do concurso no concelho e junto da comunidade educativa, nomeadamente:
 - Publicitar o concurso no site da Câmara Municipal da Maia;
 - Criar um poster de divulgação do concurso, a ser disponibilizado às escolas com população de 2.º ciclo a fim de ser afixado no espaço escolar;
 - Criar flyers de divulgação do concurso, devendo ser distribuídos aos alunos do 2º ciclo pelos Diretores de Turma;
- d) Construir o “Formulário de Candidatura” a apresentar pelos candidatos, a ser disponibilizado no site da Câmara Municipal da Maia e no site dos Agrupamentos Escolares;
- e) Construir a grelha de validação das candidaturas;
- f) Redigir a “Declaração de Cedência os Direitos de Propriedade” a ser assinada pelos candidatos, a disponibilizar no site da Câmara Municipal da Maia e no site dos Agrupamentos Escolares;
- g) Constituir o júri do concurso, devendo cada entidade convidada designar o seu representante;
- h) Definir para cada um dos temas os critérios de avaliação das propostas, em conformidade com o normativo;
- i) Construir a grelha de avaliação das candidaturas, prevendo a especificação da cotação por critério e somatório;
- j) Identificar/operacionalizar os prémios a atribuir mediante a obtenção de patrocínios nomeadamente junto de empresas sediadas no Concelho da Maia;
- k) Outras ainda não previstas, mas que se venham a considerar necessárias.

Agrupamentos de Escolas do Concelho da Maia

- a) Assinar a carta de compromisso com a Câmara Municipal da Maia;
- b) Apresentar o concurso à comunidade educativa (normativo, cronograma);

- c) Divulgar o concurso na comunidade educativa através:
 - de publicitação no site dos Agrupamentos de Escolas;
 - da afixação dos posters de divulgação a serem disponibilizados pela Câmara Municipal da Maia;
 - de flyer de divulgação do concurso devendo ser distribuídos aos alunos do 2º ciclo pelos Diretores de Turma;
- d) Constituir o júri do concurso de acordo com o quadro 3;
- e) Construir a grelha de validação das candidaturas;
- f) Criar condições propícias ao envolvimento da comunidade educativa, nomeadamente mediante a disponibilização de recursos físicos e materiais necessários;
- g) Acompanhar a execução dos projetos;
- h) Outras ainda não previstas, mas que se venham a considerar necessárias.

Concurso

“A Escola é Fixe”

Normativo

1. Promotor

O promotor do concurso “A escola é Fixe” é a Câmara Municipal da Maia.

2. Objetivo

O concurso “A escola é fixe” ocorre no âmbito do Plano Municipal de Prevenção do Absentismo e do Abandono Escolar do Concelho da Maia e tem por principal objetivo promover a participação criativa dos alunos das escolas da rede pública no processo de prevenção do absentismo e do abandono escolar precoce e a consequente valorização das aprendizagens para o desenvolvimento integral dos alunos.

3. Disposições Gerais

Este concurso visa selecionar um logótipo e um “grito de guerra”, os quais serão utilizados, entre outros, nos seguintes suportes e aplicações, desde que obtida a autorização superior sempre que necessária.

- a) Documentos oficiais, administrativos ou outros, associados ao projeto “A Escola é Fixe”;
- b) Símbolo e imagem gráfica do projeto “A escola é Fixe”;
- c) Outros elementos ou materiais de divulgação das atividades realizadas no âmbito do projeto “A Escola é Fixe”.

4. Participantes

4.1 O concurso é aberto a todas as turmas de 5.º e 6.º ano dos Agrupamentos Escolares do Concelho da Maia e divide-se em duas fases:

4.1.1 Primeira fase a nível dos Agrupamentos Escolares;

4.1.2 Segunda fase a nível concelhio (entre as turmas vencedoras da 1^a fase do concurso).

4.2 Os trabalhos são coletivos podendo contemplar uma ou mais das seguintes áreas, constituindo candidaturas independentes:

a) Logótipo;

b) Grito de guerra.

4.3 Os concorrentes são responsáveis pela originalidade dos trabalhos apresentados e garantem a sua autoria, assumindo toda a responsabilidade decorrente de eventuais reclamações de terceiros no que diz respeito a direitos de autor e direitos conexos.

4.4 A participação no concurso pressupõe, o conhecimento e aceitação do presente normativo.

5. Características dos trabalhos

5.1 Os trabalhos relativos ao “logótipo” presentes a concurso deverão ser constituídos pelos seguintes elementos:

a) Suporte principal da candidatura constituída por uma impressão do Logótipo a cores (se for o caso), em papel A4 branco com orientação horizontal com dimensões máximas de 10cm x 10cm, impressa ao centro, e uma aplicação reduzida, de dimensões máximas de 3cm x 3cm, impressa no canto superior esquerdo, a uma distância de 1cm das margens da folha;

b) Versão em suporte digital dos elementos referidos em a), em ficheiros de formato jpg.

5.2 Os trabalhos relativos ao “Grito de Guerra” presentes a concurso deverão ser constituídos pelo seguinte elemento:

a) Suporte principal da candidatura constituída por um vídeo em formato mp4 e entregue em Cd, com a duração máxima de 30 segundos, que explique a importância da escola na construção do projeto de vida dos alunos.

6. Identificação das propostas

Os trabalhos apresentados a concurso serão numerados através de um código alfanumérico composto por duas letras (LG de logótipo; GG de Grito de Guerra), em conformidade com a área a concurso, seguidas de dois algarismos, por ordem de receção. Este código terá que constar na grelha de validação das candidaturas e nos envelopes com os trabalhos a concurso, respetivos.

7. Envio das propostas

7.1 Cada proposta a concurso terá que ser entregue num envelope A4 fechado, no qual não poderá constar qualquer elemento identificativo da turma/agrupamento concorrente. O

referido envelope deverá ser entregue na Direção do respetivo Agrupamento de Escolas, cabendo a esta o envio para a Divisão de Educação da Câmara Municipal da Maia dos trabalhos selecionados;

7.2 Os dados de identificação, nomeadamente, o Agrupamento Escolar, a turma concorrente, a morada, contacto telefónico e endereço de correio eletrónico do seu representante, deverão ser colocados em envelope próprio, adequadamente fechado e colocado no envelope referido no ponto anterior;

7.3 Na primeira fase do concurso, a nível de Agrupamento de Escolas, o prazo de entrega dos trabalhos termina no final do segundo período. Na segunda fase, a nível concelhio, termina no final do terceiro período.

8. Avaliação das propostas

8.1 Na 1^a fase do concurso, os trabalhos serão avaliados por um Júri composto por um representante da direção do Agrupamento de Escolas, um representante da Associação de Pais, um representante do grupo disciplinar de Artes Visuais, um representante do grupo disciplinar de Música, um representante do SPO/GPS, um representante dos alunos e um representante do pessoal não docente.

Na 2^a fase do concurso, os trabalhos serão avaliados por um Júri composto pelo Vereador do Pelouro da Educação ou por quem este designar em sua substituição, um elemento da Federação das Associações de Pais da Maia, um representante da Associação de Estudantes de cada Agrupamento de Escolas, um representante das entidades patrocinadoras, um artista plástico convidado e um artista musical convidado.

8.2 Compete ao Júri a abertura das propostas recebidas, a verificação da conformidade das propostas com os requisitos do concurso, a avaliação dos trabalhos aceites e sua seriação.

8.3 A metodologia de avaliação e seriação dos trabalhos será determinada pelo Júri, devendo ser levados em consideração os seguintes critérios:

- Adequação ao tema – 35%;
- Criatividade – 45%;
- Qualidade gráfica – 20%.

8.4 Compete ao Júri excluir as propostas que não se encontrem em conformidade com o normativo do concurso;

8.5 Das decisões do júri não haverá possibilidade de recurso/reclamação.

9. Prémios

Aos trabalhos que obtiverem o 1.º lugar em cada uma das áreas, serão atribuídos prémios a definir pelo Município.

10. Direitos de Propriedade

10.1 Ao participar no concurso, os concorrentes aceitam ceder à Câmara Municipal da Maia os direitos de propriedade dos trabalhos selecionados;

10.2 As propostas não admitidas a concurso poderão ser devolvidas aos seus autores, mediante pedido formulado para o efeito no prazo de 10 dias úteis após a publicação dos resultados.

11. Publicação de resultados

11.1 Os resultados finais do concurso serão publicados no site da Câmara Municipal da Maia e dos Agrupamentos de Escolas;

11.2 A data de entrega dos prémios será anunciada no site da Câmara Municipal da Maia e por e-mail para as Direções dos Agrupamentos.

12. Disposições finais

Todas as dúvidas e omissões serão esclarecidas e resolvidas pela entidade promotora.